

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**



ARIANE GODOI DELBONE

**CAMINHOS PARA SISTEMATIZAR E DIFUNDIR A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
COM ACESSIBILIDADE: O CASO UFSCAR**

**São Carlos
2025**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**



ARIANE GODOI DELBONE

**CAMINHOS PARA SISTEMATIZAR E DIFUNDIR A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
COM ACESSIBILIDADE: O CASO UFSCAR**

Trabalho de Conclusão de Curso vinculado ao Curso de Licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para a obtenção do título de Professora em Educação Especial.

Orientação: Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral

**São Carlos
2025**

Dedico esse trabalho para minha mãezinha, dona Neia. Seu fôlego em mim me fez existir e por ele eu resisto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Valdineia, meu pai Arilson, minha irmã Fran, minha madrinha Cacilda, padrinho Carlinhos e meus primos Ana, Maria e Samuel pelo amor e apoio incondicional durante esses 5 anos, vocês são meu alicerce.

Agradeço à Ana Júlia, minha companheira de vida e graduação, sem você esse percurso não teria sido tão incrível. Agradeço também aos meus dois melhores amigos de Sorocaba, Vincenzo e Rebeca, pelos momentos de respiro e por sempre acreditarem na minha melhor versão.

Agradeço às técnicas administrativas e professores da Licenciatura em Educação Especial, mais em específico, Mariana Pedrino, Vanessa Paulino e também às professoras, Cristina Lacerda, Adriana Garcia e Juliane Campos, que para além de compartilharem seus conhecimentos e experiências, me amparam e mostraram que a afetividade é também um dos pilares na educação.

Agradeço ao meu querido professor e orientador Leonardo Cabral, que desde as primeiras disciplinas da graduação, demonstrou seu comprometimento com uma educação pautada na alteridade e um respeito único com a subjetividade de cada pessoa. As suas trocas e questionamentos foram fundamentais para ampliar meu horizonte não apenas como professora, mas também da forma mais pessoal e bonita.

Agradeço aos meus colegas do GP- Idea, pelas contribuições e compartilhamentos. As reuniões do grupo foram enriquecedoras para a minha pesquisa.

Por último agradeço a mim mesma, por permanecer e estar aqui, e agora, fazendo jus à Ariane de 14 anos que enterrou uma cápsula do tempo na escola, na qual estava escrito que, futuramente, seria psicóloga e pesquisadora: você fez escolhas que bifurcaram em caminhos paralelos a esse sonho infantil.

Compreendo que, em essência, todos esses desejos partilhavam de uma origem e motivação em comum: a vontade de poder participar de algo tão bonito e singular quanto a constituição de identidades e processos de subjetivação de tantas pessoas!

Assim, finalizo agradecendo a todos que, mesmo não tendo sido mencionados aqui, indiretamente se fizeram presentes. Agradeço também ao fluxo natural da vida e a forças que eu não vejo, mas sinto, as pessoas, os lugares e coisas que me atravessaram e compuseram meu amadurecimento e transformação.

Apenas agradeço,

Transbordando.

RESUMO

A presente pesquisa teve como temática central o acesso à informação e à comunicação relacionadas a atividades e a programas de Extensão Universitária. Isso porque, ainda que as ações extensionistas tenham como perspectiva o incentivo à troca de saberes entre as comunidades internas e externas da universidade, essas ainda têm se apresentado com características pouco acessáveis e, também, pouco acessíveis. Nesse cenário, o objetivo da presente pesquisa foi analisar informações de ações extensionistas e suas possíveis interdisciplinaridades na perspectiva da acessibilidade. Tratou-se de uma pesquisa documental exploratória, baseada em dados disponibilizados no ambiente digital da Pró Reitoria de Extensão – ProExWeb da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Valendo-se de descritores de busca e de critérios de inclusão e exclusão, a amostra analisada foi constituída por dois programas e 47 atividades de extensão associados a pessoas com deficiência e/ou acessibilidade, cujas informações foram tratadas e analisadas com abordagem da análise de conteúdo. Como resultado, o estudo evidenciou algumas barreiras de acesso à informação e à comunicação relacionadas às atividades e aos programas de extensão promovidos pela universidade. Especificamente no que tange às ações diretamente relacionadas às pessoas com deficiências, para além da dificuldade de acesso às informações (ações e produtos), constata-se a necessidade da formulação de planos estratégicos que potencializem, com acessibilidade comunicacional, sua democratização junto às diversas comunidades interessadas. Assim, a pesquisa indica a necessidade do aprimoramento da gestão do acesso, da acessibilidade e a daccessibilização das informações relacionadas às ações extensionistas que constituem o tripé universitário Ensino, Pesquisa e Extensão.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Superior. Pessoas com Deficiências. Extensão Universitária. Acessibilidade informacional.

ABSTRACT

The central theme of this research was access to information and communication related to University Extension activities and programs. This is because, even though extension actions aim to encourage the exchange of knowledge between the university's internal and external communities, these have still presented characteristics that are not very accessible and are also not very accessible. In this scenario, the objective of this research was to analyze information on extension actions and their possible interdisciplinarity from the perspective of accessibility. This was an exploratory documentary research, based on data made available in the digital environment of the Pro Dean of Extension – ProExWeb of the Federal University of São Carlos – UFSCar. Using search descriptors and inclusion and exclusion criteria, the analyzed sample consisted of two programs and 47 extension activities associated with people with disabilities and/or accessibility, whose information was processed and analyzed using a content analysis approach. . As a result, the study highlighted some barriers to accessing information and communication related to activities and extension programs promoted by the university. Specifically with regard to actions directly related to people with disabilities, in addition to the difficulty in accessing information (actions and products), there is a need to formulate strategic plans that enhance, with communicational accessibility, their democratization among different communities interested. Thus, the research indicates the need to improve access management, accessibility and accessibility of information related to extension actions that constitute the university teaching, research and extension tripod.

Keywords: Special Education. Higher Education. People with Disabilities. University Extension. Informational accessibility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 *Esquema relacional dos conceitos de Ensino, Pesquisa e Extensão.*

Figura 2 *Distribuição das atividades de extensão da UFSCar, relacionadas aos descritores “deficiência” e “acessibilidade”.*

Figura 3 *Organograma que representa a intersecção entre Acessibilidade, Interdisciplinaridade e Ações Extensionistas.*

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 *Síntese dos programas de extensão desenvolvidos durante a pandemia.*

Quadro 2 *Síntese dos programas de extensão desenvolvidos durante a pandemia*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Aciepe – Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão

APA - *American Psychological Association*

B-Ar – Biblioteca Campus Araras

CCBS – Centro de Ciências Biológicas e de Saúde

CLEEsp – Curso de Licenciatura em Educação Especial

CNPq – Conselho Nacional Científico e Tecnológico

Covid – Coronavírus

DC – Departamento de Computação

DCAm – Departamento de Ciências Ambientais

DCHE-So – Departamento de Ciências humanas e Educação Campus Sorocaba

DCNME-Ar – Departamento de Ciência da natureza, Matemática e Educação Campus Araras

DEFMH – Departamento de Educação Física e Motricidade Humana

Dfisio – Departamento de Fisioterapia

DMed – Departamento de Medicina

DEP-So – Departamento de engenharia de produção Campus Sorocaba

DQ – Departamento de química

DTO – Departamento de Terapia Ocupacional

DPsi – Departamento de psicologia

eMAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico

FAQ – *Frequently Asked Questions*

Forproex – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação

Superior Brasileiras

Gp-Idea – Grupo de Pesquisa Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade

IES – Instituições de Ensino Superior

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

PPCs – Projetos Pedagógicos dos Cursos

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

Pibid – Programa de Iniciação à Docência

ProExWeb – Sistema Digital da Pró-Reitoria de Extensão

Renex- Rede Nacional da Extensão

RP – Residência Pedagógica

TEA – Transtorno do Espectro do Autismo

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

Ufscar – Universidade Federal de São Carlos

WAI – *Web Accessibility Initiative*

W3C – *World Wide Web Consortium*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
Aspectos sobre acessibilidade no documento do Trabalho de Conclusão de Curso	16
1. INTRODUÇÃO	18
2. MÉTODO	28
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES	33
3.1. Abordagem da acessibilidade	36
3.2 Interdisciplinaridade	40
3.2. Fragmentação da interdisciplinaridade nas ações extensionistas	41
3.3. As ações extensionistas circulam na universidade? O caso UFSCar em tela.....	42
3.4. Mapeamento dos Programas e Atividades de Extensão na UFSCar	44
3.5. Estratégias e Instrumentos para a inserção curricular da Extensão Universitária	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	61
APÊNDICE A – CERTIFICADO INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	68
APÊNDICE B – PÔSTER INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	69
APÊNDICE C– EXEMPLO DE PLANILHA DE TRATAMENTO DOS DADOS.....	71
APÊNDICE D – PROGRAMAS DE EXTENSÃO E ACESSIBILIDADE.....	72
APÊNDICE E – ATIVIDADES DE EXTENSÃO E ACESSIBILIDADE.....	73
APÊNDICE F – <i>E-BOOK</i>	84

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal de São Carlos – UFSCar sempre esteve presente ao longo de minha trajetória. Muitos de meus professores da Educação Básica haviam se formado no campus de Sorocaba- SP. Logo, carreguei muito afeto para com a instituição, pois todo o meu processo instrucional da Educação Básica até a Educação Superior, perpassaram por um ponto em comum: a UFSCar.

Estudei em uma escola integral e filantrópica, na qual passei 12 anos com, praticamente, os mesmos amigos, professores e funcionários. Em todas as oportunidades, faço questão de contar para as pessoas sobre o que é ter experienciado um modelo de ensino que me trouxe uma educação holística, contemplando desde os conteúdos curriculares em excelência, até atividades esportivas, artísticas, sempre com o cultivo de muito afeto. A educação mudou a minha forma de existir no mundo e, por causa disso, escolhi permanecer ligada a ela.

Embora minhas escolhas sejam reflexos desse contexto, meu desejo inicial nunca foi ser professora. Antigamente, quando me questionavam sobre a motivação ao optar pelo Curso de Licenciatura em Educação Especial – CLEEsp, a resposta era que eu gostava da ideia de poder conhecer uma pessoa, estabelecer um vínculo e mediar sua caminhada em algo tão importante: a educação.

No entanto, apesar dessa motivação, eu estava ciente de que apenas exploraria a área da Educação se eu tivesse a oportunidade de poder acompanhar alunos continuamente em sua aprendizagem e desenvolvimento. Para mim, isso só seria possível no modelo de ensino que é adotado na Educação Especial. Desse modo, outras licenciaturas nunca foram consideradas.

Tendo em vista o meu desejo, a qualificação acadêmica e profissional só seria possível por meio do curso ofertado exclusivamente no campus São Carlos, o que pode parecer um

tanto contraditório, visto que sou natural de Sorocaba-SP, onde existe uma unidade da UFSCar e o curso de Pedagogia. Nesse sentido, ao olhar todas as expectativas e oportunidades que obtive, essas confluíram-se em uma mesma via e, assim, iniciei meus estudos em 2020 no CLEEsp.

Ao longo dos quatro anos, tive uma formação abrangente, que tem respaldado os graduandos em uma atuação docente qualificada. No geral, tenho grande apreço por todo o conteúdo programático da grade curricular do CLEEsp.

Algumas disciplinas, em específico, como os de “Tecnologias Instrucionais”, “Linguagem e Pensamento” e “Fundamentos Antropológicos Políticos e Sociológicos da Educação” foram fundamentais. Isso porque modificaram meu modo de pensar, levaram-me a ter novas perspectivas, indagações e reflexões que não apenas ampliaram o meu horizonte intelectual, mas também me desafiaram a questionar preconceitos e concepções arraigadas.

Em última análise, não apenas transformaram minha prática como educadora, mas também me capacitaram a ser uma pessoa agente de mudanças na sociedade, comprometida com a promoção da justiça social, da equidade de oportunidades e do respeito à diversidade em todas as suas formas.

Outros conteúdos programáticos preponderantes para a minha formação foram os de “Linguagem e Escrita” e os estágios. Esses basearam não somente a formação da minha prática pedagógica, quanto pavimentaram caminhos para que eu pudesse trilhar os caminhos atuais, pesquisando e compreendendo as demais modalidades e níveis de ensino que transversalizam a educação de pessoas com deficiências. As temáticas trabalhadas em todas essas matérias, me incitaram a buscar maneiras de materializar genuinamente tudo que havia sido visto na teoria estudada.

Os estágios obrigatórios ofereceram uma perspectiva de aprendizagem inicial no contexto laboral. Entretanto, em decorrência da pandemia e do calendário da universidade, a

experiência foi ainda mais curta e incipiente, sem uma continuidade de trabalho dentro de sala de aula. Naquele cenário, encontrei ações de extensão como Programa de Iniciação à Docência – Pibid e, mais para frente, o Residência Pedagógica – RP.

Naquela ocasião, passei a compreender que ações extensionistas são como os estágios obrigatórios, mas permitem que a quantidade de tempo que realizamos nosso trabalho pedagógico seja maior e, geralmente, na mesma escola e com os mesmos alunos. Nesse sentido, todos os atores envolvidos têm um maior aproveitamento e benefícios educacionais.

Por fim, agora no penúltimo semestre da graduação tive última experiência outra atividade de extensão muito importante para a minha trajetória foi o “contemplando horizontes”, que desenvolve atividades de meditação com base em técnicas científicas que trabalham a não separatividade da existência humana e do ambiente, lembrando sempre que assim como a terra, sou composta por ferro, carbono e fósforo, desse modo não há como se distanciar dela.

Às terças eu aterrava meu corpo no presente, no som dos pássaros perto do teatro de bolso e na sabedoria de que eu poderia respirar com calma na Universidade, sem ser atropelada por todas as ansiedades e correrias cotidianas. Com esse projeto de extensão, eu compreendi que a extensão pode ir para além das oportunidades de qualificação a formação no mercado de trabalho, pode ser também um lugar de acolhimento e cuidado psíquico.

Nesse lugar, em que pude me conectar com saberes de diferentes origens e pessoas, sem distinção ou hierarquia, eu entendi realmente o porquê me interessei tanto pela temática da extensão universitária, porque surge de uma sede de viver coisas diferentes, lugares e possibilidades de existir.

Os passos dados ao longo da graduação levaram-me a iniciar minha jornada na pesquisa explorando a extensão universitária, por ser um eixo da universidade que cria uma

ponte para e com o território e proporciona experiências que se alinham aos meus propósitos pessoais e coletivos, principalmente por beneficiar a mim e a outras pessoas.

Fruto dessa caminhada, o presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC representa, para além de uma produção acadêmica e científica, um registro de parte de uma trajetória na qual me dediquei a cooperar com a sociedade a partir da pesquisa realizada. Cumpre destacar, ainda, que essa trajetória foi iniciada por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Pibic/CNPq ([APÊNDICE A – link de navegabilidade](#)).

Considerando a importância da acessibilidade não apenas enquanto tema de investigação, mas enquanto prática, o presente documento foi elaborado para ser difundido em formato acessível, conforme descrito a seguir:

Aspectos sobre acessibilidade no documento do Trabalho de Conclusão de Curso

- Notas: as notas foram disponibilizadas ao final de cada capítulo, uma vez que os leitores de tela apresentam limitações de navegabilidade em notas de rodapé.
- Figuras e tabelas: foram utilizados apenas figuras e tabelas, de acordo com as normas da *American Psychological Association* – APA (tabelas apresentadas com números arábicos de forma sequencial e figuras para imagens, organograma, esquema e figura).
- Notas de acessibilidade: as figuras possuem texto alternativo para usuários de leitores de tela e descrição da imagem.
- *Hiperlinks*: foram inseridos no sumário, apêndices, anexos, em alguns tópicos e nas referências, caso a pessoa tenha interesse de acessar o site pesquisado.
- Níveis dos tópicos: os capítulos foram considerados como tópico principal, e foram utilizados níveis de subtópicos, indicando a hierarquia dos conteúdos.

- Alinhamento das margens: conforme orientações internacionais do [Web Accessibility Initiative \(link externo\)](#), o conteúdo do texto está alinhado à margem esquerda da página. Essa configuração contribui para uma melhor navegabilidade no processo de leitura por pessoas com baixa visão, dislexia, TDAH, dentre outras condições.
- Mudança de página: ao concluirmos um tópico, utilizamos quebra de página, para que os leitores de tela não dificultem, dizendo “em branco”.
- Siglas: a primeira vez que uma sigla for usada, essa está acompanhada pelo seu respectivo nome composto, por extenso.
- Citação nas normas da APA: o símbolo “&” é lido, pelos leitores de tela, como “e comercial”. Para evitar essa frequente decodificação em um texto científico, optamos por substituir esse símbolo, no corpo do texto, pelo latim *et*. O símbolo original “&” foi mantido nas suas respectivas referências.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, pessoas que se afastam da chamada “norma” podem receber rótulos e estigmas que exercem um grande impacto nas concepções pessoais e coletivas. Isso, tanto nos campos econômicos, políticos e sociais, quanto nos campos educacionais (Goffman, 1988).

A sociedade pode ser lida e interpretada de diversas maneiras em estudos antropológicos. Uma dessas maneiras é a proposição de Elias e Scotson (2000), que a lê entre os estabelecidos e os *outsiders*. Ou seja, os de dentro da norma e os de fora da norma, os não desviantes e os desviantes.

Nesse sentido, a norma é um “acordo social”, um fenômeno que podemos lê-lo socialmente como uma busca constante pela padronização. Dialogando com Foucault (1987), a norma pode ser compreendida como um vigiar social. E, em caso de desvio, um punir que, na maioria das vezes, é traduzido em atitudes discriminatórias.

Complementando essa reflexão, pode-se considerar que a sociedade, muitas vezes, cria e impõe regras que podem inibir e restringir a expressão plena da individualidade e da autonomia pessoal. Essas restrições podem surgir de estruturas de poder, ideologias dominantes, entre outros fatores educacionais (Goffman, 1988).

Mediante as interações que ocorrem por meio da cultura, da história e do contexto em que as pessoas estão inseridas, as representações sociais são formuladas, desempenhando um papel fundamental na forma como as pessoas constroem identidades individuais e coletivas. Atuam como uma espécie de “guia” para a compreensão do mundo, moldando assim, as concepções que se traduzem em ações de um grupo perante outros grupos e na construção das diferenças (Goffman, 1988; Elias; Scotson, 2000).

Assim, o relacionamento da sociedade com corpos desviantes tende a provocar a marginalização, situações de extrema vulnerabilidade e invisibilização, tanto em situações de

âmbito pessoal, quanto nas de amparo governamental pautado em apoios e subsídios que visem o bem-estar social (Omote, 2004; Piccolo *et al*, 2012).

Nas palavras de Spinoza (2009), em uma esfera macro contextual o desamparo e a negligência resultam na produção de afetos tristes que tiram a potência de viver, ao tentar proibir um corpo de poder, fazer, ser o que deseja. Isso pode levar a um estado de alienação e sofrimento, em que a pessoa se encontra em um conflito interno, onde seus desejos e potência são reprimidos por forças externas e internas em interação, resultando em uma sensação de desamparo e desconexão.

Uma das ideias centrais de Spinoza (2009) é que podemos nos libertar dos afetos tristes através da razão. A compreensão adequada das causas de nossos afetos, nos permite aumentar nossa capacidade de agir. Nesse sentido, um dos grupos que estão sob os efeitos do estigma, apenas por representarem uma diferença, lida como desvio, são as pessoas com deficiências.

No campo da educação, do nível básico ao superior, as pessoas com deficiências foram alvo de movimentos segregacionistas e capacitistas, o que reflete em uma exclusão histórica e estrutural que perpétua situações de marginalização nos espaços educacionais (Cabral, 2018; Mendes, 2010).

Na Educação Superior, as consequências da invisibilidade são encontradas desde barreiras físicas nos *campi* e suas respectivas instalações, até as barreiras atitudinais, que silenciam a presença e a voz de pessoas com deficiências nos cursos universitários e, posteriormente, no mercado de trabalho (Cabral, 2018; Cabral *et al*, 2023).

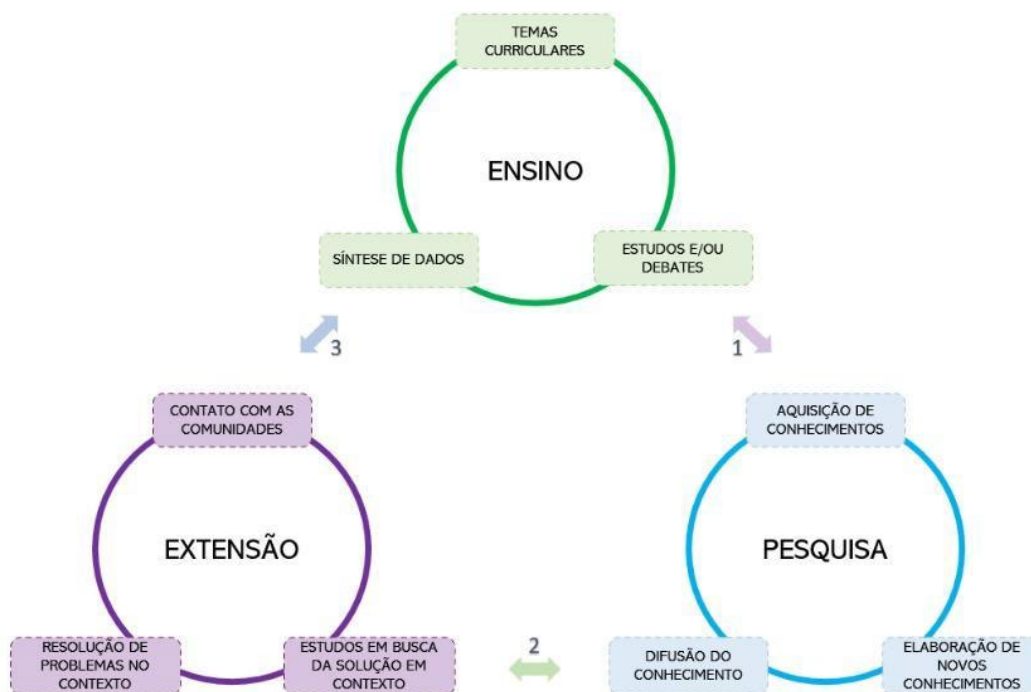
Considerando que, o ensino superior representa uma das vias para efetivar a potência social e cidadã, além da autorrealização pessoal, podemos observar que existe uma meta maior das universidades e uma pretensão de “ensinar, pesquisar, produzir e tornar acessível o conhecimento” (UFSCar, 2024, p. 51).

A fim de cumprir esse propósito, as Instituições da Educação Superior – IES têm como fundamento o “Tripé Universitário”, que está formalmente previsto no artigo 207 da Constituição Federal e garante a indissociabilidade entre as três atividades-fim da universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão (*Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988, art. 207)

Com o intuito de compreender um pouco mais sobre cada uma dessas atividades, podemos observar o diagrama a que é representado por meio da figura 01:

Figura 01

Diagrama relacional referente aos conceitos do Ensino, Pesquisa e Extensão.



Fonte: (Delbone et Cabral, 2023)

Descrição da Imagem: O esquema gráfico expressa o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, que representam a base para o funcionamento das universidades. O diagrama é composto por três círculos dispostos em forma triangular. Da esquerda para a direita, temos um círculo na parte inferior esquerda, em lilás, dentro do qual está escrito Extensão; um círculo na parte superior, centralizado,

em verde, dentro do qual está escrito Ensino; e um círculo na parte inferior direita, em azul celeste, dentro do qual está escrito Pesquisa. Ao redor do círculo são dispostas pequenas caixas de texto, as quais contém informações que caracterizam esses pilares, a saber: Extensão (contato com as comunidades; estudos em busca de solução em contexto; resolução de problemas no contexto); Ensino (disciplinas curriculares; síntese de dados; estudos e debates; e Pesquisa (aquisição de conhecimentos; difusão do conhecimento; elaboração de novos conhecimentos). Esses estão interligados por traços com uma seta em cada extremidade, sugerindo relações cooperativas na seguinte ordem: entre Ensino e Pesquisa: seta bidirecional 1; entre Pesquisa e Extensão: seta bidirecional 2; entre Extensão e Ensino: seta bidirecional 3, fechando o ciclo.

Visto que são dimensões fundamentais na construção do conhecimento na Educação Superior, a imagem exemplifica como ocorre essa configuração na dinâmica universitária e no processo educacional-formativo.

A primeira forma circular representa o ensino, que ocorre a partir das grades curriculares de cada curso. Por meio da mediação do professor nesse processo de aquisição de conhecimento, os professores utilizam de estratégias que convidam os alunos a debater, indagar e pensar a partir de estudos já existentes, como esse conhecimento está embutido em nosso contexto local e podem ser transformar.

O segundo círculo corresponde à pesquisa, que se refere à produção de novos conhecimentos, a partir do levantamento de hipóteses, colocando em discussão problemáticas que precisam ser levantadas, exploradas, para serem refutadas ou confirmadas e, por conseguinte, sejam planejadas estratégias para suprir demandas sociais das mais variadas naturezas.

A extensão é simbolizada por meio da terceira figura geométrica. Em resumo, sua função primordial visa à aplicação na prática do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa, a fim de criar uma “ponte” de comunicação com a comunidade, não apenas compartilhando o conhecimento e as descobertas com a comunidade, mas instigando essa população a participar mutuamente dos processos que as envolvem.

A interligação desses três círculos demonstra que essas dimensões não podem ser separadas. O conhecimento transmitido no ensino deve ser baseado em pesquisas sólidas, atualizadas e relevantes para a sociedade.

Da mesma forma, a pesquisa é enriquecida pela interação com alunos e pela aplicação prática dos resultados obtidos na extensão. Assim, as ações extensionistas beneficiam-se do conhecimento e das descobertas geradas pelo ensino e pela pesquisa para embasar a prática desses estudantes.

A definição oficial é que: “é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” (Forproex, p. 15, 2012). Segundo Nogueira (2000), tem como diretrizes para orientar a formulação e implementação da extensão, os conhecidos “5 i da extensão universitária”, que são:

- Interação dialógica;
- Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade;
- Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão;
- Impacto na formação do estudante;
- Impacto na transformação social;

Este trabalho tem como norteador dois princípios em específico, o da Interdisciplinaridade e o da Interação dialógica, que serão abordados ao longo do trabalho. Sobre o primeiro, a conceituação nas ações extensionistas visa superar a dicotomia, ao unir a

especialização das mais diferentes áreas do conhecimento, tendo em vista a heterogeneidade presente nas comunidades, setores e grupos sociais com os quais as ações de Extensão são realizadas, bem como com os próprios objetivos e objetos dessas ações (Forproex, 2012).

Comumente, a extensão é associada à sua função comunicativa, pois remete ao princípio da “interação dialógica” como se fosse apenas sobre a popularização do conhecimento científico e de fato, pois, factualmente, uma das funções da extensão é a Universidade é se fazer entender nos seus processos de construção do conhecimento. (UFSCar, 2024).

Sobre isso, originalmente a extensão foi associada a transmissão de conhecimento e cultura dos que sabem para quem não sabe, desrespeitando o saber popular e seu potencial criativo (Alves, 2014; Deus, 2020; Ducatti *et* Zanon, 2014).

De “extensão da cultura”, até a “comunicação sobre a cultura”, o conceito e a práxis extensionista foi transformado a partir dos ideias de Freire (1987), ao substituir ideias de invasão cultural, para um diálogo entre culturas, promovendo transformação mútua e respeito pelas diferenças, através de situações reais, práticas, e não apenas transmitido de forma unilateral e passiva. A respeito disso, podemos refletir sobre o assunto a partir da fala de Chauí:

Não somos produtores de cultura somente porque somos economicamente “dependentes” ou porque a tecnocracia devorou o humanismo, ou porque não dispomos de verbas suficientes para transmitir conhecimentos, mas sim porque Educação Superior está estruturada para “dar a conhecer” para que não se possa pensar. Adquirir e reproduzir para não criar. Consumir, em lugar de realizar o trabalho da reflexão. Conhecemos para não pensar, tudo quanto atravessa as portas da universidade só tem direito à entrada e permanência se for reduzido a um conhecimento, isto é, a uma representação controlada e manipulada intelectualmente.

É preciso que o real se converta em coisa morta para adquirir cidadania universitária (Chauí, 2014, p. 76).

Após um estudo desenvolvido ao longo de aproximadamente dois anos, compreendemos que a extensão é uma modalidade de ação da universidade que tem o potencial de refrear o processo de elitização do conhecimento, pois permite uma conexão com o tecido social, onde se encontra às questões da vida real de encontro com a ciência, em que a troca de saberes se propõe a ser um ciclo virtuoso de comunicação, alteridade, aprendizagem, impactos e respeito as diferenças dos variados grupos sociais.

Lopes (2007) define que a comunicação emerge como uma espécie de “sangue da vida social” que escorre para dentro e fora das pessoas, dando contorno para a realidade e permitindo a vida em todos os aspectos. Ao considerar a comunicação como um elemento vital, devemos considerar que a extensão universitária pode ser uma ferramenta importante na trajetória das pessoas com deficiências, sejam elas estudantes ou não.

Particularmente, convém enfatizar que o acesso à informação e comunicação precisa ser promovido na perspectiva da acessibilidade, assegurado inclusive pela Lei Brasileira de Inclusão – LBI, baseada na Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (*Lei 13.146, 2015*).

Garantido por várias políticas nacionais e internacionais a todos os cidadãos brasileiros em todas as esferas sociais (Constituição, 1988; Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura [Unesco], 1990, 1994).

Ao pensarmos condições de acesso à informação, devemos compreender o conceito de acessibilidade informacional, que é a garantia que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, possam acessar informações de forma confiável e autônoma, e tem como:

característica relativa à diminuição e/ou remoção das barreiras no processo informacional, visando que as pessoas possam alcançar a satisfação de suas necessidades informacionais através de uma experiência positiva e com menor esforço necessário, obtendo resultados eficazes e condizentes com sua condição, seja ela qual for (Fernandes, 2018, p. 43).

Em complementaridade, a acessibilidade comunicacional consiste em garantir a autonomia e independência de pessoas que necessitem de determinados recursos, bens culturais e serviços específicos para que a comunicação que pode ser compreendida como:

A forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações (*Lei 13.146, 2015, Artigo 3º, Inciso V*).

Logo, é primordial pensarmos como o direito formal (normativas jurídicas) tem sido materializado na participação de grupos desfavorecidos no acesso às informações, em especial pelas vias de produção de conhecimento na Educação Superior (Braseliano, 2024; Machado, 2022).

A respeito disso, pessoas com deficiências física, visual, auditiva, intelectual, surdocegueira ou múltipla, que apresentam ou não Transtorno do Espectro do Autismo – (TEA), sejam elas estudantes ou não, têm relatado significativas dificuldades de acesso à informação, tanto em campos estudantis quanto em outras esferas sociais (Cabral *et al.*, 2020).

Referente a extensão, ela ainda é um *locus* de desafios, principalmente quando consideramos que as informações acerca da extensão universitária não estão sendo suficientemente difundidas, para a população em geral, restringindo inclusive o acesso para pessoas com deficiências, sejam elas estudantes ou não.

Tendo em vista que, os desafios em ambientes de caráter hegemônico tangenciam o possível risco de a população com deficiências ser colocada à margem, longe de poder participar de modo efetivo de atividades educacionais e de outras esferas sociais, é preciso nos aproximarmos no campo das ações de extensões para e com esse público.

Desse modo, é crucial buscarmos maneiras de democratizar não apenas no sentido do ingresso à Educação Superior, mas promover uma maior diversidade de perspectivas e formas de acessar, produzir, difundir e aplicar esses conhecimentos dentro do sistema educacional e fora dos muros da universidade, a todas as pessoas.

Dentro do escopo da revisão da literatura, não foram encontrados uma amostra com uma quantidade considerável de estudos que versassem sobre o acesso à informação e comunicação com ações extensionistas para pessoas com deficiências. O ineditismo da proposta tem duas facetas: a ausência de dados e a segregação social de parcela importante da sociedade.

Dentro do espectro de estudos levantados, apenas o de Fernandes (2009) teve escopo similar e foi uma importante referência para o desenvolvimento desse TCC.

É cabível também explorar a intersecção não só entre acessibilidade e extensão universitária, mas entre esses dois elementos e a interdisciplinaridade, aspecto expoente nas ações extensionistas com potência para estreitar diálogos e dinâmicas colaborativas entre os atores envolvidos com os programas e atividades de extensão da Educação Superior (Alves, 2014; Arroyo *et* Rocha, 2010; Fernandes, 2009; Santos, 2008; Sommerman, 2012).

Nesse cenário, o presente estudo foi realizado com o objetivo geral de identificar os programas e atividades de extensão relacionados às questões de acessibilidade e/ou pessoas com deficiências. Especificamente, o estudo objetivou:

a) desenvolver e registrar reflexões iniciais sobre a intersecção entre interdisciplinaridade, acessibilidade e extensão universitária, no que tange a esses programas e atividades;

b) sistematizar e analisar os dados na perspectiva da acessibilidade informacional e comunicacional.

2. MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa documental exploratória, baseada em dados disponibilizados em ambiente digital de uma instituição da Educação Superior (Gil, 2008).

O universo documental explorado é constituído pelos documentos institucionais da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, especificamente aqueles inseridos no segmento dos programas e atividades de extensão disponibilizados em formato digital pelo Sistema Digital da Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar - ProExWeb/UFSCar.

a) Critérios para coleta de dados

Para a constituição da amostra, foram selecionados programas e atividades de extensão:

1. que contemplam questões diretamente relacionadas às questões inerentes às pessoas com deficiências e/ou acessibilidade;
2. com status “Em execução” ou “Em andamento burocrático” (Em tramitação; Em edição e; Em esclarecimento ou Relatório não realizado) e;
3. iniciadas entre fevereiro de 2020 a outubro de 2022, por se tratar de um período onde as informações eram acessadas principalmente por meio digital, devido à Doença do Coronavírus – COVID-19.

[Delbone \(2023\)](#), em seu e-book informativo sobre as ações extensionistas na UFSCar, existem 4 modalidades de extensão que podem ser realizadas, que são: programas de extensão, atividades, eventos e palestras e empresas juniores.

No entanto, partindo das características de cada uma, optamos focar a nossa pesquisa apenas nos programas e atividades de extensão, pois são modalidades que não tem encontros pontuais, ou a função específica transmissão de conhecimento, como são os eventos e

palestras, são ações extensionistas que tem uma variabilidade de tempo de realização e uma interação ativa e recíproca com a sociedade. Além da questão da visibilidade e força institucional que os programas têm em relação as outras modalidades (Delbone, 2023).

Nesse sentido, para a realização da coleta de dados, foi realizada uma busca na ProExWeb utilizando os termos: “Deficiência”, “Acessibilidade”, “Barreiras” e “Ergonomia”, com o filtro “todos” ([Nota 01 – link de navegabilidade](#)). A partir dos termos e filtros aplicados, foram selecionadas as atividades e programas de extensão que estivessem contemplando os critérios de seleção.

Nesse sentido, foram localizados 14 programas e 113 atividades, ao utilizarmos os descritores supracitados. Dentre os resultantes dos quatro descritores, foram excluídos programas e atividades repetidas, restando dois programas e 45 atividades de extensão.

b) Instrumentos para a coleta e tratamento dos dados

O levantamento de documentos ocorreu de forma sistematizada, ao utilizarmos uma das ferramentas digitais disponíveis no Sistema ProExWeb da ProEx/UFSCar UFSCar. Essa plataforma é voltada à busca de informações por meio de filtros.

O instrumento foi considerado, uma vez que esse possui a função de disseminar à sociedade todas as atividades e programas de extensão desenvolvidos pelos servidores dos quatro *campi* da UFSCar.

Partindo do fato que utilizamos quatro termos para a busca, os dados foram organizados em quatro abas dentro de uma planilha, utilizada no processo de tratamento dos dados.

Após a coleta dos dados, realizamos o tratamento dos dados, registrando, organizando e categorizando as informações. Para essa organização, foi utilizado o editor de planilhas Excel, da Microsoft®. A planilha utilizada para a organização dos dados dessa pesquisa foi

produzida a partir da categorização do conteúdo que o ProExWeb disponibiliza em sua plataforma.

A planilha no [Apêndice C \(link de navegabilidade\)](#) anexo foi constituída por treze colunas na vertical intituladas: Ordem das atividades e/ou programas; Atividade e/ou Programa; Título; Coordenador; Setor do Coordenador; Início da atividade/e ou programa; Tipos de atividades a serem realizadas; Grande área (classificação conforme disponível no Conselho Nacional Científico e Tecnológico - CNPq); Área temática principal; Área temática secundária; Recurso; Tipo de financiamento e Resumo. Nas linhas horizontais foi realizado a caracterização das atividades e programas conforme as categorias descritas anteriormente.

Em seguida, foram selecionadas as ações extensionistas que tivessem a potência de contemplar o objetivo dessa pesquisa. Diante disso, foi elaborado um quadro sintético das informações coletadas com base nos registros da planilha e suas respectivas leituras, para que iniciasse a construção dos resultados e discussões do estudo.

c) Fundamentos para a análise dos dados

Os dados foram analisados na abordagem da análise de conteúdo, a qual subsidiou a identificação de possíveis eixos de análise a serem discutidos e tensionados de modo reflexivo, principalmente no que tange às questões inerentes a acessibilidade e a pessoas com deficiências inseridas no contexto da extensão universitária na Educação Superior (Franco, 2005).

No presente estudo, debruçamo-nos sobre a construção do panorama institucional desses programas e atividades extensionistas. À luz da teoria fundamentada nos dados, utilizamos desses dados para a reflexão teórica, potencializando possíveis sugestões e recomendações institucionais visando a formulação de estratégias propositivas (Sampieri *et al.*, 2013).

Nesse sentido, nos apropriamos do caso UFSCar para formular proposições teóricas sobre ações extensionistas, interdisciplinaridade e acessibilidade.

Notas referente ao método

Nota 01: Os termos foram levantados a partir do Thesaurus Brasileiro de Educação e selecionados em diálogo com os integrantes do Gp-Idea, tendo como base a relação da busca com o objetivo do estudo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A extensão universitária na UFSCar segue um modelo de classificação por área do conhecimento definido pelo CNPq. Esse modelo subdivide respectivamente em área temática principal e secundária, sendo a primeira definida em: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais e; Ciências Humanas.

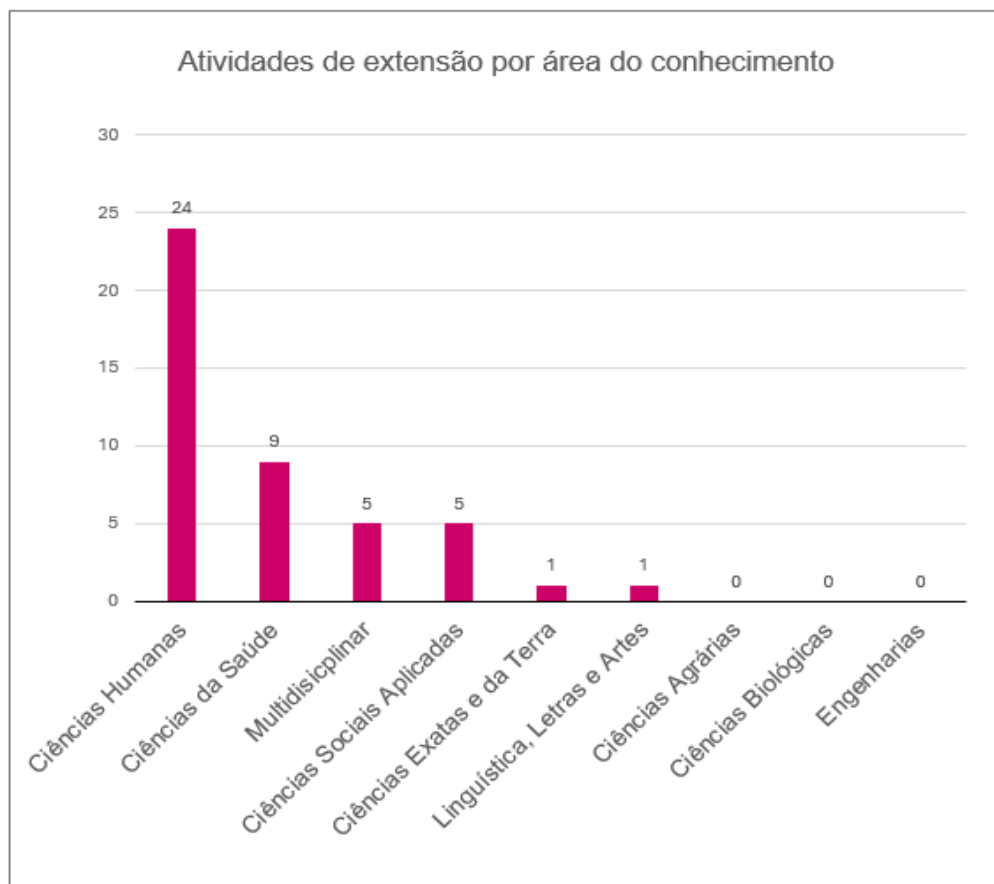
Referente aos programas de extensão, podemos verificar que, apesar da classificação definida pela ProEx nas nove áreas mencionadas, com a adoção dos critérios de busca e seleção previstos no presente estudo, encontramos Programas de Extensão em apenas duas delas: Ciências Humanas e Ciências da Saúde. E, em relação ao restante, não houveram proposições de nenhuma ação extensionista que correspondesse aos critérios de busca e seleção definidos no método desta pesquisa.

Em relação às atividades extensionistas, foram identificadas 45 atividades de extensão, cuja distribuição tem a seguinte representatividade percentual: Ciências Humanas (10,8%); Ciências da Saúde (4,05%); Multidisciplinar (2,25%); Ciências Sociais (2,25%); Ciências Exatas e da Terra (0,45%) e; Linguística, Letras e Artes (0,45%). Já nas Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Engenharias não há representatividade numérica.

Para representar esse resultado, foi escolhida uma representação gráfica em barras, pois esse tipo de gráfico permite uma comparação por meio do tamanho de cada barra, além do número exato dessas quantidades, fornecendo mais de um meio para que o leitor compreenda os dados da pesquisa.

Figura 2

Distribuição das atividades de extensão da UFSCar, relacionadas aos descritores “deficiência” e “acessibilidade”.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados disponíveis na plataforma digital ProExWeb.

Descrição da imagem: Em fundo branco, está exposto um gráfico de barras. Contém sete linhas horizontais que, com intervalos de cinco em cinco entre si, se referem aos números de atividades de extensão. De baixo para cima, essas linhas iniciam do zero (indicando a base de todas as barras) e terminam em 30. No sentido vertical, cada barra corresponde a uma das nove áreas do conhecimento consideradas no estudo. Estão na cor rosa escuro e se encontram em ordem decrescente da esquerda para a direita. No topo de cada barra há o número absoluto

correspondente a cada uma das atividades. Como apenas seis das nove áreas de conhecimento apresentam atividades, as três últimas áreas não têm barras representativas.

Ao estabelecer uma comparação entre a descrição textual da quantidade de programas em paralelo com a das atividades, as atividades relacionadas às questões de acessibilidade e pessoas com deficiências transversalizaram um número maior de áreas do conhecimento, entretanto a prevalência permanece em Ciências Humanas e Ciências da Saúde.

Esses esquemas gráficos representam uma valência, uma vez que categorizam por áreas do conhecimento esses programas e atividades de extensão. A sistematização dessas ações extensionistas podem:

- a) auxiliar na compreensão do conteúdo que o programa ou a atividade possuem;
- b) facilitar a articulação entre indivíduos ou grupos que atuam em um mesmo objetivo atrelado com a finalidade do programa ou da atividade;
- c) subsidiar a produção de pesquisas que tratem sobre a exploração de programas e atividades de extensão e;
- d) organizar, de forma sistemática, os ulteriores relatórios institucionais e nacionais sobre a produção da Extensão Universitária.

Sabendo da possibilidade de se categorizar os programas e atividades de extensão por áreas do conhecimento, podemos tensionar os resultados analíticos dispostos nos gráficos.

Esses resultados percentuais podem fundamentar reflexões científicas que tenham o intuito de discutir informações específicas. No caso dessa pesquisa, nos esforçaremos em discuti-las, principalmente, com base na abordagem da acessibilidade e na correlação com os preceitos da interdisciplinaridade (Santos, 2008; Fernandes, 2009).

Portanto, se trata de uma correlação entre três dimensões, a qual envolve as dimensões da acessibilidade, da interdisciplinaridade e das ações extensionistas. Na intenção de explorar

esse cenário, vamos nos atentar a algumas facetas para fundamentar as reflexões através de nossos dados.

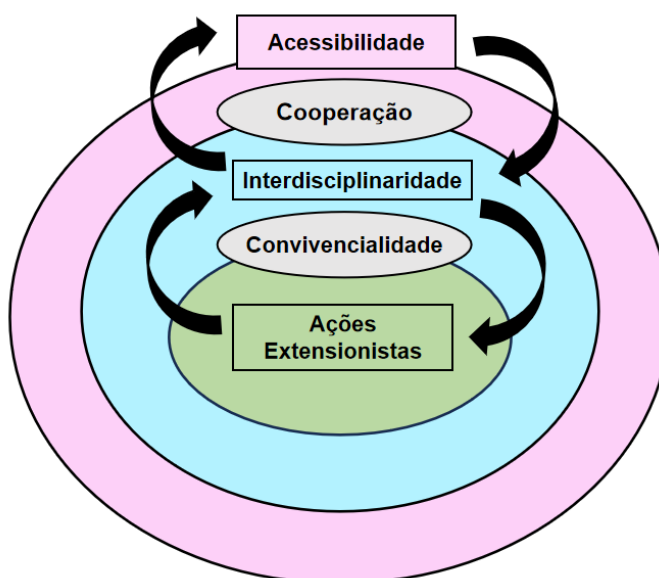
3.1. Abordagem da acessibilidade

A construção dos constituintes da abordagem da acessibilidade de maneira intrínseca aos fundamentos das ações extensionistas ainda é um desafio na Educação Superior, conforme Cabral *et al* (2023).

Com o intuito de contextualizar como ocorre a relação entre as ações extensionistas (programas e atividades de extensão), interdisciplinaridade e acessibilidade que compõem parte da dinâmica institucional, apresento um organograma na figura a seguir:

Figura 03

Organograma que representa a intersecção entre acessibilidade, interdisciplinaridade e ações extensionista.



Fonte: Elaborado pela autora com base em Cabral *et al* (2023).

Descrição da Imagem: o esquema gráfico é constituído por três círculos que estão um “dentro” do outro, com setas entre essas formas circulares, a fim de demonstrar que essas três esferas (acessibilidade, interdisciplinaridade e ações extensionistas) que

estão respectivamente nas cores rosa claro, azul claro e verde claro, são dimensões que possuem intersecções entre si. Do círculo maior para o menor (de fora para dentro), existem formas ovais em cinza claro que estão escritos cooperação e convivencialidade, com o intuito de indicar que para que esses preceitos da universidade operem, são necessárias essas duas formas de interação coexistam entre os atores institucionais.

Ao pensarmos em como a acessibilidade se insere no cenário da extensão, é importante salientarmos que a ideia desse trabalho não é se propor a sistematizar como a extensão pode ser acessível em todas as facetas da acessibilidade, até porque tal como todas as investigações são pequenas partes de um todo, que ao mesmo tempo é complementar e inesgotável.

Nesse sentido, esse TCC se propões a uma fonte disparadora, uma semente (acessibilidade informacional e comunicacional) a qual emergem raízes que podem tecer diferentes discussões, sejam de acessibilidade digital, atitudinal, arquitetônica, instrumental e programática.

Sob essa ótica, as ações extensionistas precisam ser munidas de convivencialidade com os preceitos da interdisciplinaridade, e a interdisciplinaridade precisa ser munida de cooperação com a acessibilidade.

Comprendemos que a interdisciplinaridade está inserida na acessibilidade. Logo, se não há interdisciplinaridade, pode não haver acessibilidade construída de modo cooperativo entre atores institucionais das mais diversas áreas do conhecimento.

Destacamos a cooperação por compreendermos que esse preceito é um elo entre uma acessibilidade e uma interdisciplinaridade que fazem sentido (Ebersold, 2019). No entanto, é válido ressaltar que apesar da indicação da cooperação, compreendemos que ambos os

processos serão utilizados a depender dos contextos e necessidades entre os indivíduos de cada ação extensionista, não há uma via de regra, ou um certo ou errado.

Pois a colaboração implica propriedades e objetivos compartilhados, interesses comuns em um resultado específico, logo todos os envolvidos tem a mesma responsabilidade. Já a cooperação, por outro lado, uma das partes participou em parte do trabalho e dos objetivos do outro, não há uma visão realmente compartilhada (Moseley, s.d.).

Nesse caminho, refletimos:

. Existe materialidade nos preceitos da acessibilidade e da interdisciplinaridade se o processo não for perpassado pela cooperação entre os atores institucionais?

. Os atores institucionais envolvidos com os programas e atividades de extensão podem possuir diversos conhecimentos e multiplicidades em suas formações, mas seu trabalho será efetivo se eles não trabalharem colaborativamente ou cooperativamente?

. Há materialidade em ações extensionistas se elas não forem, desde sua origem, planejadas com preceitos de acessibilidade, cooperação, interdisciplinaridade e convivencialidade?

Se esses princípios não estiverem alinhados entre si de modo que os atores estejam em uma filosofia de trabalho horizontal, em até que ponto podemos contar que essas ações extensionistas "para todos" estão cabíveis para serem apropriadas por toda a comunidade?

Compreendemos que se trata de uma relação retroalimentar, a qual um componente serve para o outro como uma sustentação para atender as demandas institucionais e sociais da comunidade. Destarte, são fundamentos não só éticos com os direitos humanos, mas complementares, que se apoiam não só no funcionamento de uma engrenagem institucional, mas se apoiam entre suas premissas e lógicas de aproximar território com universidade, de ressignificar a hegemonia dos saberes e de implantar uma perspectiva disruptiva nas relações sociais (Baremblytt, 2002; Cabral *et al.*, 2023).

Entendemos que quando existe a interdisciplinaridade e uma acessibilidade a qual faça sentido para a comunidade que se utiliza dessas ações extensionistas, elas tendem a ter um funcionamento mais coerente com as demandas da sociedade.

As necessidades não só sociais, mas universitárias, são plurais. Logo, é factível que a universidade, tal como a sociedade, seja permeada pela diversidade de corpos e existências.

Tendo isso em vista, é preciso haver não só acessibilidade, cooperação e interdisciplinaridade, mas convivencialidade entre os atores envolvidos com ações extensionistas para que, em uma perspectiva de alteridade, estejam cientes das demandas da comunidade, colocando-se no lugar do outro nos momentos de construção e elaboração dessas atividades e programas de extensão (Illich, 1976; Lévinas, 2005).

Desafios que não pertencem apenas à extensão, mas para a universidade como um todo, em busca de abandonar na prática a organização por cátedras, ou seja, ao local simbólico onde o professor ensina ou lidera a discussão de uma disciplina, como se fosse o "assento" de autoridade na área de conhecimento.

Em uma sociedade, as relações entre as pessoas são mais importantes do que os produtos ou mercadorias, tendo um valor direito com um uso mais significativo, o que não vem de uma revolução universal, mas do reconhecimento e valorização das diferentes formas de produção e saberes tradicionais, utilizando ferramentas convivências (Illich, 1976).

Nos apoiando nos compêndios da análise institucional de Baremlitt (2002) e nas potências ditas por Deleuze (2018), compreendemos que a extensão universitária é um dispositivo que pode aproximar os sujeitos institucionais - não só na convivência ou na cooperação, mas na alteridade, uma vez que somos e coexistimos em um ambiente plural como a Educação Superior.

3.2 Interdisciplinaridade

Nos esquemas gráficos, não temos informações sobre a interdisciplinaridade presente em cada programa e/ou atividade. No entanto, é importante ressaltar que esse princípio vem se tornando um elemento fundamental para o corpo dessas ações extensionistas. Fernandes (2009) afirma que ainda existem muitas discussões científicas e sociais a se fazer no que diz respeito à extensão enquanto atividade interdisciplinar.

A interdisciplinaridade em programas e atividades de extensão pode fundamentar um papel crucial na construção do conhecimento e na formação integral dos estudantes e potencializar os resultados da ação extensionista na busca de soluções para os desafios do contexto social ao integrar diferentes áreas do conhecimento.

Segundo Santomé (1998) ela permite que os alunos se envolvam em uma abordagem mais abrangente e holística das questões acadêmicas e da realidade do mundo. Essa abordagem transcende, transcendendo os limites das disciplinas individuais, incentivando os estudantes a explorarem conexões entre diferentes temas, ideias e perspectivas (Nogueira, 2003).

Nesse quesito, podemos inferir que a extensão foi pensada como uma ferramenta que tem a capacidade de ir contra o movimento de fragmentação das “ciências”, no qual cada pesquisador fica restrito à sua linha de pesquisa e não desenvolve a habilidade em explorar outros campos que buscam as mesmas respostas de formas diferente, (Arroyo *et* Rocha, 2010; Deus, 2020).

Até mesmo poderiam partilhar e contribuir com outros estudos cooperativamente, “(...) revertendo a tendência historicamente dominante de compartimentação do conhecimento da realidade” (Forprex, 1999, p. 26).

Todavia, mesmo com esse cenário significativo em prol da interdisciplinaridade, ainda existem desafios em sua articulação e materialização em cenários institucionais, assim como

indicam Santomé (1998), Santos (2008) e Sommerman (2012) que a complexidade na aplicação do preceito de interdisciplinaridade, o que resulta em desafios para delinear de modo compreensível seus diversos significados práticos e operacionais.

3.2. Fragmentação da interdisciplinaridade nas ações extensionistas

Até o presente momento, conseguimos inferir que é preciso haver uma cooperação entre os saberes, a soma de conhecimentos para o pavimento de caminhos institucionais que concretizem os interesses comuns, inclusive os inerentes e cabíveis aos intuitos dos programas e atividades de extensão (Júnior *et al.*, 2022).

E colocamos isso em xeque não por ditar um “certo” ou um “errado”, mas sim um “que faz sentido”. Afinal, pensemos: o cenário de “trabalho solitário” e individualista atinge negativamente as relações de caráter interdisciplinar. Isso porque essas relações são desenvolvidas a partir de um comprometimento que envolve a cooperação, a criação de um espaço para diálogos periódicos e trabalhos coletivos (Ebersold, 2019).

Essa dinâmica de trabalho fragmentado pode estar relacionado aos seguintes fatores: a extensão não conta muito em relação aos critérios para pontuação no processo de progressão de carreira dos docentes, diferença salarial ou até mesmo nos próprios departamentos que ao se falar em extensão, não tem a mesma motivação e validação institucional como parte do "esforço docente".

Essas questões podem trazer uma nova lente ao pensarmos na desmotivação docente, a qual afasta as premissas da interdisciplinaridade e do trabalho intersetorial do cotidiano da instituição, inclusive nos programas e atividades de extensão. O referido afastamento possui a possibilidade de uma setorização, que impacta negativamente a construção da acessibilidade e pode gerar sobrecarga de trabalho dos servidores públicos da universidade (sejam eles

pertencentes ou não à extensão), bem como desvio de função e/ou desconhecimento do trabalho desenvolvido pelo outro (Deus, 2020; Sommerman, 2012).

Sobre as individualizações nas atividades e programas extensionistas, Fernandes (2009) sinaliza a possibilidade de observarmos de modo empírico a radicalização do individualismo, “do saber que só eu sei sobre o que estudo”, que desconsidera outros conhecimentos acadêmicos e, especialmente, o conhecimento popular.

Desse modo, é fundamental voltarmos o debate não só para a questão do repensar o papel da universidade (porque isso já está posto e muito bem definido nas normativas institucionais), mas problematizar parte da cultura universitária e revisitar nossos comportamentos que podem estar atrelados a um *modus operandi* no que se refere a quem pertence, produz e participa da construção do conhecimento.

3.3. As ações extensionistas circulam na universidade? O caso UFSCar em tela

Quando pensamos na interdisciplinaridade e na extensão e em quais aspectos a universidade se aproxima do território, é de compreensibilidade que a Extensão aliada com a interdisciplinaridade tem a força para criar caminhos para efetivar o seu compromisso social.

Entretanto, as informações sobre esses pilares da universidade podem não circular tanto quanto o esperado. Além disso, o desconhecimento dessas ações extensionistas podem ser bem expressivas, assim como indicado no estudo de (Fernandes, 2009; Arroyo *et* Rocha, 2010; Deus, 2020).

O desconhecimento pode partir de uma dificuldade na compreensão do conceito de extensão e, conseqüentemente, de sua inserção curricular nos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs que podem ser observados através do Censo da Rede Nacional da Extensão Universitária – RENEX e estão diretamente relacionados com a complexidade para operar a

extensão no ensino superior e atualmente, com a inserção curricular, temática que será explorada nos próximos tópicos (Renex, 2023).

Entretanto, vale ressaltar que esse motivo não serve como justificativa para que os docentes, discentes e técnicos administrativos se abstenham da responsabilidade de conhecer, propor e fazer parte das atividades e programas de extensão. Isso porque, para além da obrigatoriedade das próprias políticas públicas, a práxis acadêmica extensionista vem mostrando que um desenvolvimento sustentável perpassa pela ética da responsabilidade social, sem estar “refém” das forças econômicas e produtivistas, fruto de uma sociedade capitalista que engole a educação (Alves, 2014; Deus, 2020).

Desse modo, como os docentes e técnicos administrativos, pretendem capacitar indivíduos para trabalharem com e para a sociedade, sem os mesmos terem tido uma essa instrução mediada e humanizada durante a sua formação, da centralização da extensão tal como é o ensino e a pesquisa ?

Alinhado a esse fator “incompreensão do conceito de extensão” a dificuldade em disseminar as informações sobre a extensão no meio acadêmico e fora dele, pode ser um elemento que justifica parte desse desconhecimento (Fernandes, 2009).

Tendo em vista que, embora haja uma variedade de canais disponíveis com a finalidade de difusão do saber extensionista, como as *lives* no Youtube, comunicações esporádicas veiculadas em plataformas virtuais, como e-mails institucionais e postagens em redes sociais (*Instagram, Facebook* etc.), muitas vezes essas informações acabam ainda mais restritas às interações informais.

Atualmente, o principal meio para essa difusão no âmbito da UFSCar, tem sido um site institucional, o ProExWeb, que oferece informações mais gerais, caracterizando as ações existentes na UFSCar.

Tendo em vista o desconhecimento da comunidade interna e externa referente às possibilidades em se fazer extensão, sugere-se que devem ser priorizadas ações que busquem trazer visibilidade para essa dimensão que compõem a tríade universitária.

É importante reconhecer que essas ações podem não estar sendo suficientemente divulgadas e conhecidas, o que demanda um esforço coletivo para que sejam construídos planejamentos estratégicos a curto, médio e longo prazo, além da compreensão das novas linguagens de comunicação e de como elas podem ser implementadas de forma efetiva.

Existem muitos passos a serem dados para que as ações extensionistas sejam aderidas, tal como é o ensino e a pesquisa. No entanto, é necessário pensarmos coletivamente em formas para que as pessoas conheçam e tenham a oportunidade de experienciar as potências em se fazer extensão.

Uma das iniciativas possíveis e pensadas coletivamente, pelo grupo de pesquisa Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade – Gp-Idea, foi a de realizar um mapeamento por meio de quadros explicativos e sintéticos, do que existe na UFSCar de programas e atividades de extensão para pessoas com deficiências.

3.4. Mapeamento dos Programas e Atividades de Extensão na UFSCar

Neste tópico serão apresentadas informações sobre a disseminação de conhecimentos dentro dos programas e atividades de extensão da UFSCar, mais especificamente o que está disponibilizado no portal Web, o ProexWeb. A partir dessas informações, serão tecidas reflexões iniciais diante da temática.

Ao considerar os três pilares basilares das instituições universitárias, é perceptível que a esfera da Extensão se destaca como aquela que conta com a menor adesão por parte dos estudantes, docentes e funcionários (Deus, 2020). Isso se dá principalmente em decorrência da forma como ocorre a propagação sobre as atividades desenvolvidas nessa modalidade.

Embora haja uma variedade de canais disponíveis para disseminar informações sobre as ações de extensão, muitas vezes essas informações acabam restritas a interações informais ou a comunicações esporádicas veiculadas em plataformas virtuais, como e-mails institucionais e postagens em redes sociais.

Nesse sentido, compreende-se a urgência em tornar tangível ferramentas e estratégias para melhorar a qualidade do acesso às informações sobre o fazer extensão. Atualmente, o principal meio para essa difusão tem sido um site institucional, o ProexWeb, que oferece informações iniciais, caracterizando as ações existentes na UFSCar.

A fim de contribuir com o equacionamento desse cenário, apresentaremos por meio dessa pesquisa uma das muitas possibilidades que viabilizam o transcorrer da informação: os programas e as atividades de extensão da UFSCar relacionadas especificamente às pessoas com deficiência.

Compreendendo, portanto, a potência da interface entre ensino, pesquisa e extensão, quais são os programas e as atividades de extensão que a UFSCar tem institucionalizado em nível superior que, em alguma medida, contemplam especificamente as temáticas que envolvem as pessoas com deficiências?

Para responder a esta questão, foi realizado um processo de identificação, descrição e análise dos programas e das atividades de extensão da UFSCar que, inclusive na perspectiva interdisciplinar, tratam de questões relacionadas à acessibilidade e pessoas com deficiência.

Neste tópico serão reunidos em tabelas os principais dados sobre os programas e atividades de extensão encontradas nos portais *web* da UFSCar. Analisaremos essas informações, tecendo discussões a partir da abordagem da acessibilidade informacional e comunicacional.

Ao utilizarmos os descritores Deficiência, Acessibilidade, Barreiras e Ergonomia e considerarmos o período da Pandemia da Covid-19 (2020 a 2022) como anos de execução,

apenas o descritor “Deficiência” resultou em dados relacionados a Programas de Extensão. Especificamente, isso ocorreu em relação às Ciências da Saúde e às Ciências Humanas, podendo ser observado no [\(APÊNDICE D – link de navegabilidade\)](#).

Assim, nenhum programa de extensão foi identificado nas seguintes grandes áreas: Ciências Agrárias Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra Ciências Sociais Aplicadas Engenharias Linguística, Letras e Artes.

O baixo número de programas de extensão reflete não apenas as consequências do período da pandemia da Covid-19 no Brasil, mas sugere que a temática ainda precisa de ampliação de espaço na sociedade, sobretudo quando considerada a relativa recenticidade histórica, política, cultural, econômica e atitudinal de reconhecimento e afirmação das pessoas com deficiência.

Ao utilizarmos os mesmos descritores e período para busca de atividades de extensão, apenas os descritores “Deficiência” e “Acessibilidade” resultaram em dados relacionados a atividades de extensão. Especificamente, isso ocorreu em relação às seguintes grandes áreas de conhecimento: Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Linguística, Letras e Artes e Multidisciplinar conforme podemos observar no [\(APÊNDICE E – link de navegabilidade\)](#).

Sobre essa forma de exploração dos dados nos apêndices citados anteriormente, foi realizado uma caracterização geral dos programas e atividades de extensão. Os dados não foram analisados em mais profundidade e detalhes, por entraves no acesso às informações, pois os pesquisadores buscaram dados como: relatórios com informações sobre participantes, tipo de financiamento das ações extensionistas, quais as atividades desenvolvidas em cada ação extensionista, etc.

Desse modo, a partir dos quadros apresentados nos Apêndices A e B, podemos compreender que:

1) Apenas dois (n=02) programas de extensão estavam em execução durante a pandemia: um na área de Ciências da Saúde e outro na área de Ciências Humanas.

Considerando a dimensão territorial que a UFSCar ocupa, ou seja, quatro campi em quatro cidades diferentes, além de sua relevância social enquanto Instituição de Ensino, o número é desproporcional, tendo em vista que a universidade é um ambiente propício, para se pensar e executar mudanças e melhorias na qualidade de vida da sociedade.

2) Em relação às atividades de extensão, seu número foi expressivamente maior quando comparado aos programas, totalizando 45. Distribuídas respectivamente nas áreas de: Ciências da Saúde (n= 9); Ciências Exatas e da Terra (n= 01); Ciências Humanas (n= 24); Ciências Sociais Aplicadas (n= 5); Linguística, Letras e Artes (n= 01) e multidisciplinar (n= 05).

As demais áreas do conhecimento (Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Engenharias) não tiveram representatividade numérica nesse levantamento no que se refere a modalidade de extensão: atividades.

As informações sistematizadas fornecem indícios de que, mesmo com a presença de um curso de licenciatura e pós graduação em Educação Especial na UFSCar, o que poderia ser um aspecto impulsionador de iniciativas que visassem as pessoas com deficiências no âmbito da universidade, ainda é um potencial inexplorado institucionalmente, enquanto uma ferramenta articuladora entre departamentos.

Esse apontamento pode ser exemplificado através da comparação dos programas e atividades de extensão, pois os dados apontam que durante a vigência da pesquisa, apenas 03 programas estavam ocorrendo (em execução). Em contrapartida, no mesmo período, quase 60 atividades extensionistas estavam sendo realizadas, um número expressivamente maior.

Com base nas definições de programa de extensão feitas em Delbone *et* Cabral (2023) que está no [APÊNDICE F – \(link de navegabilidade\)](#) e as observações práticas do fazer

extensão na UFSCar, podemos considerar que os programas têm uma maior vigência de tempo, investimento de recursos humanos e financeiros, além da maior visibilidade do que atividades de extensão isoladas.

Desse modo, segundo Fernandes (2009) em decorrência da força institucional de programas de extensão quando comparado a outras modalidades extensionistas, seria de grande valia aglutinar atividades de extensão que compartilhassem de objetivos semelhantes em um programa de extensão “guarda-chuva”.

Até agora, que foram identificadas algumas problemáticas referente aos atos extensionistas na UFSCar, que são:

- a) Circulação insuficiente das informações sobre o terceiro eixo do tripé universitário;
- b) Desconhecimento das possibilidades em se fazer extensão por parte da comunidade interna e externa da UFSCar;
- c) Setorização entre as áreas do conhecimento que partilham de objetivos comuns ou afins;
- d) Desarticulação entre as dimensões da acessibilidade com a interdisciplinaridade inseridas na esfera da extensão;

Essas questões se tornaram ainda mais latentes quando considerando que a UFSCar está passando por um período que trará mudanças institucionais significativas, que é a inserção curricular da extensão na graduação. Desse modo, o próximo tópico tem como pretensão nos aproximarmos da temática, para em seguida fazer proposições que podem compor futuras ações institucionais.

3.5. Estratégias e Instrumentos para a inserção curricular da Extensão Universitária

Visando cumprir o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, presentes na Resolução nº 07/2018 do Conselho Nacional de Educação – CNE, a UFSCar tem feito vários movimentos institucionais para cumprir com a curricularização da extensão universitária. Nessa direção, a instituição promulgou a Resolução nº 02/2023, que estabelece a regulamentação da inserção curricular da extensão nos cursos de graduação (UFSCar, 2023).

Mas afinal, o que é a curricularização? Significa que os cursos de graduação de todas as instituições de ensino superior no país, sejam públicas ou privadas, terão que prever em suas matrizes curriculares créditos mínimos obrigatórios de 10% da carga horária discente em atividades extensionistas (Resolução nº 07, 2018).

As mudanças decorrentes da curricularização ainda não estão muito claras e por isso, os problemas identificados na presente pesquisa podem ficar ainda mais latentes para o público geral e especificamente para as pessoas com deficiências, o que é esperado, dado que a medida vai modificar profundamente o funcionamento da universidade.

Logo urge a necessidade de planejamentos por parte da UFSCar, para que a transição curricular ocorra da melhor forma possível. Tendo isso em vista, seria interessante à atenção para estratégias que trabalhem a difusão do conhecimento, pois é a “porta de entrada” para utilizar o utilizar o conhecimento como uma ferramenta de autonomia e emancipação.

Considerando as possibilidades em disseminar, compartilhar e converter os saberes tácitos em explícitos, a melhor alternativa dentro do cenário extensionista, são os portais, devido a possibilidade de realizar uma interconexão independente de espaços físicos ou tempos síncronos dos usuários (Fernandes, 2009).

Nesse sentido, a literatura estudada aponta uma ferramenta de colaboração wiki, que apesar de ter não ter sido direcionada para a extensão, já é utilizada em contextos da educação e pode ser parte da resposta as necessidades até então encontradas na presente pesquisa.

Mas afinal, o que é uma ferramenta Wiki?

Com a leitura de pesquisas como as de Assis (2020); Cardoso (2009); Inuzulka (2008); Medeiros (2017); Silva (2005); Rosa (2021); compreendemos que: são plataformas digitais que possibilitam a criação, edição e o compartilhamento de informações e conteúdo, podendo ocorrer de forma colaborativa em mais de um computador ou dispositivo conectado à internet e tem algumas características que são um diferencial, pois permite:

- a) Edição colaborativa: Qualquer usuário autorizado pode criar, editar, atualizar ou apenas visualizar os conteúdos paralelamente a criação, logo a plataforma poderá estar sendo atualizada constantemente;
- b) Acesso controlado: É possível configurar as permissões de quem pode desempenhar a administração, edição e visualização do conteúdo;
- c) Visualização do histórico de edições: Permite o acompanhamento de quem participou das edições e o que foi alterado, o que facilita o trabalho colaborativo;
- d) Estrutura formada por Hiperlinks: Utilizam links para conectar diferentes páginas que estejam relacionadas, formando uma rede de informações que compõem um todo, chamado de hipertexto;
- e) Facilidade para o uso: Geralmente apresentam interfaces intuitivas e não exige conhecimentos técnicos avançados;

Após uma busca não sistematizada no campo de teses e dissertações - BDTD, através da leitura flutuante dos títulos e resumo, utilizando o termo “ferramenta wiki”, é possível observar que esses recursos são utilizados principalmente nas áreas das engenharias com as pesquisas de Silva (2005); Cardoso (2009) e na gestão do conhecimento com Medeiros (2017) Assis (2020), no entanto todos partem da premissa de um trabalho colaborativo para facilitar a troca de conhecimentos em espaços comuns.

Referente ao contexto educacional, foram encontradas pesquisas que indicam que a ferramenta de colaboração foi implementada em diversas esferas da educação básica à

superior, em contexto seja de sala de aula, tanto para docentes e discentes na escrita colaborativa ou auxiliando na gestão da informação dessas instituições, das bibliotecas e repositórios educação (Inuzulka 2008; Rosa, 2021).

Nesse sentido, compreendemos que as wikis poderiam ser parte de uma plataforma existente, como por exemplo da ProExWeb ou uma nova plataforma baseada inteiramente nessa ferramenta de colaboração, pois traria muitas vantagens ao facilitar a interação entre os projetos de extensão, desde o processo de disseminação, compartilhamento, aquisição e produção de conhecimento.

Com a exploração do ambiente virtual do ProExWeb e também em diálogo com servidores técnicos da UFSCar, além da trajetória como aluna que vivencia a extensão, percebemos algumas dificuldades como a dificuldade em manter relatórios atualizados sobre os programas e atividades de extensão e conseqüentemente a alimentação do ProExWeb com as informações básicas sobre cada atividade.

Um outro elemento que precisa de atenção é o fato de que apenas a comunidade interna da UFSCar tem acesso as oportunidades de fazer extensão por meio da ProExWeb. Como é o veículo central que difunde as informações, é essencial pensar em alternativas ou adaptações, pois ao restringir essas informações para a população, o principal público está sendo afetado.

Corroborando com a ideia, o estudo de Fernandes (2009) que após analisar o cenário extensionista da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, encontra questões semelhantes e indica que para a criação de um site com essa finalidade é importante haja uma diferenciação entre o que deve ser fornecido para o público interno e externo, o autor ainda sinaliza que é necessário que as seguintes coisas sejam de domínio público:

- Relatórios das atividades oferecidas;
- Relatórios das pessoas atendidas;

- Mural de eventos;
- Relatórios de oportunidade de Integração ao Programa;
- Relatórios das parcerias, execução e avaliação de ações conjuntas;
- FAQ – (Do inglês) Questões Frequentemente Perguntadas e respostas;
- Publicações de relatórios, trabalhos técnicos e científicos;
- Banco de dados;
- Contatos, localização e relação dos participantes do programa;

Acreditamos que uma ferramenta de colaboração wiki poderia ser uma alternativa viável, pois poderiam ser criados “abas” temáticas de cada programa ou atividade, trazendo todas essas informações de forma mais detalhada, além dos preponentes e participantes poderiam participar e alimentar com as informações.

É válido ressaltar que essa é uma sugestão a partir uma visão que parte dos estudos das pessoas com deficiências e ensino superior, com base em uma formação em educação especial. Desse modo seria necessário pesquisas de outras áreas complementares como das ciências da computação, que de fato compreendam as dimensões técnicas e de operação para comprovar que seria viável essa alternativa.

Como esse TCC se propõe a pensar sobre a questões relacionadas à extensão para as pessoas com deficiências, cabe pensar como a acessibilidade seria construída também nesses espaços. Para que ela exista, precisaria de avaliações de quem concebe e utiliza as plataformas, afinal, como diz o lema da luta social pessoas com deficiências, “Nada sobre nós, sem nós” (Júnior, 2010).

Tendo em vista que a acessibilidade informacional e comunicacional está diretamente ligada com a digital, pois, para que os conteúdos sejam acessíveis, a acessibilidade digital deve estar presente. No contexto da UFSCar, as ações a serem implementadas para efetivar o

acesso as informações no campo digital, podem ser identificadas em seu próprio Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, 2024-2028, que tem como objetivo:

Promover, incentivar e dar suporte à política de inclusão digital, desenvolvimento, aperfeiçoamento e integração das tecnologias de informação e comunicação em todos os níveis da Instituição e em todos os processos acadêmicos e administrativos, compreendendo-as como favorecedoras do livre acesso ao conhecimento, da inovação, da otimização de recursos e da manutenção da memória da UFSCar (UFSCar, 2024, p. 43).

Nesse sentido, conforme o princípio da gramática da acessibilidade (Ebersold, 2019), as informações encontradas nos sites da universidade, devem ser disponibilizadas de maneira acessível, independentemente ou de quaisquer deficiências ou eventuais impedimentos do uso por parte do usuário.

Nesse sentido, a acessibilidade informacional e comunicacional está diretamente ligada com a digital, pois, para que os conteúdos sejam acessíveis, a acessibilidade digital deve estar presente. Contudo, a acessibilidade é comumente associada apenas a acessibilidade arquitetônica. Nesse sentido, Conforto e Santarosa (2002) consideram a acessibilidade à *web*:

como sinônimo de aproximação, um meio de disponibilizar a cada indivíduo interfaces que respeitem suas necessidades e preferências [...]. Muitas vezes as discussões sobre acessibilidade ficam reduzidas às limitações físicas ou sensoriais dos sujeitos com necessidade especiais, mas esses aspectos podem trazer benefícios a um número bem maior de usuários, permitindo que os conhecimentos disponibilizados na Web possam estar acessíveis a uma audiência muito maior, sem com isso, prejudicar suas características gráficas ou funcionais (Conforto *et* Santarosa, 2002, pp. 92-94).

A respeito da obrigatoriedade da acessibilidade digital nos sites do Brasil, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2007 estabelece:

Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seu direito à liberdade de expressão e opinião, inclusive à liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e ideias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha (*Lei 13.146, 2015, Artigo 21*).

No âmbito internacional, as principais diretrizes de acessibilidade digital são fundamentadas nos padrões estabelecidos pela *Web Accessibility Initiative - WAI* que é uma organização da *World Wide Web Consortium - W3C*, a principal instituição reguladora de padrões para a *internet*, que cria estratégias, guias e recursos para garantir que os *sites* sejam acessíveis.

Já no Brasil, é seguido o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - eMAG, que consiste em um conjunto de recomendações a serem consideradas para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro, sendo base também para *sites* em geral, das mais diferentes temáticas.

Existem alguns métodos de avaliação das interfaces (humanos ou automáticos), que buscam auxiliar desenvolvedores a encontrarem eventuais erros de navegabilidade, um desses métodos é a utilização de validadores eletrônicos, como:

- [WAVE Web Accessibility Evaluation Tool \(em inglês - link externo\)](#)
- [The W3C Markup Validation Service \(em inglês - link externo\)](#)
- [The W3C CSS Validation Service \(em inglês - link externo\)](#)

Ainda assim, é fundamental compreender que essas ferramentas virtuais possuem limitações, particularmente na identificação de barreiras que podem ser demasiado complexas

ou subjetivas para serem detectadas automaticamente. Pode ser usado como exemplo a questão de que validadores automáticos de usabilidade podem não terem grande precisão na identificação de textos dos *links* ou a descrição de imagens (Rodrigues e Souza, 2020).

Referente a esses elementos permeados pela subjetividade humana, em processos avaliativos de interfaces virtuais, a satisfação do usuário é um fator de usabilidade muito importante a ser avaliado, pois expressa exatamente a nuance humana diante da interação humano-computador, em decorrência dos efeitos do uso de um sistema computacional sobre emoções e os sentimentos do usuário (Nielsen, 1993; Rodrigues e Souza, 2020).

Até o presente momento, foi mencionado brevemente o conceito de acessibilidade, mas ao levantar discussões sobre acessibilidade digital, é crucial compreender o que é a usabilidade. Conforme Nielsen (1993), criador da primeira avaliação heurística de usabilidade, define quais são os fatores que qualificam quão bem uma pessoa pode interagir com um sistema interativo. Esses fatores são: Facilidade de aprendizado; Facilidade de recordação; Eficiência; Segurança no uso e Satisfação do usuário.

Diante desses apontamentos, torna-se primordial a necessidade de planejar e adequar ambientes virtuais, incorporando a avaliação manual como parte do processo analítico e preditivo, visto que tais ferramentas automáticas por si só não capazes de captar as nuances fruto da subjetivação humana (Ferati *at* Beyene, 2017; Rodrigues e Souza, 2020).

Como alternativa à análise pelos usuários e à validação eletrônica, Ferati e Beyene (2017), descrevem uma outra forma de realizar a avaliação de interfaces, conhecida como Avaliação Heurística ([nota 02- link de navegabilidade](#)). Para os autores, a definição de heurísticas específicas ao contexto de interesse permite que qualquer pessoa possa medir, com a sensibilidade necessária, a acessibilidade, navegabilidade e usabilidade de interfaces sem a necessidade de participantes representativos dos usuários.

Em contextos em que há pulsão de materializar a abordagem da acessibilidade, há de se construir culturas que façam sentido não apenas para o indivíduo, mas para toda a realidade (Ebersold, 2021).

Portanto, é crucial que essas avaliações de acessibilidade e usabilidade sejam realizadas também com a participação ativa de usuários com deficiência (Benyon, 2011). Nesse sentido, para avançar na construção de ambientes digitais que contemplem a diversidade de corpos e existências, é necessário:

a) Planejar e adequar ambientes virtuais que sejam condizentes com as orientações nacionais e internacionais de acessibilidade e usabilidade (WCAG, Emag);

b) Investigar quais práticas institucionais norteiam o trabalho de concepção e avaliação de Web sites na Educação Superior; (Furtado,2016);

c) Contar com a participação de pessoas com e sem deficiência durante avaliações de acessibilidade e usabilidade (Júnior, 2010).

Notas referentes as discussões e resultados

Nota 02: As 16 Heurísticas de Ferati *et* Beyene (2017) podem ser utilizadas parâmetros de usabilidade e acessibilidade, para avaliação e construção de interfaces virtuais, com base nas necessidades do usuário. Podemos verificar as 16 heurísticas a seguir:

- H1. Prover texto alternativo para conteúdos não textuais;
- H2. Facilitar aos usuários ver ou ouvir o conteúdo (controles de contraste e aumento de fonte);
- H3. Possibilitar que as funções estejam acessíveis por meio de teclado;
- H4. Prover meios de ajudar o usuário a navegar na interface e encontrar conteúdo (hierarquia adequada de títulos);
- H5. Ter ícones simples e significativos (evitar ícones complexos);H6. Evitar informação irrelevante;
- H7. Concentrar informação no centro da página (ou ser acessível via TA de forma rápida);
- H8. Ter conteúdo da página e navegação em conformidade com padrões e expectativas (uso de linguagem simples e consistente);
- H9. Prover espaço adequado entre conteúdos (entre links e texto);
- H10. Sistema de busca deve cuidar de erros de digitação (tolerância a erros de digitação);H11. Mensagens de erro devem ser simples e claras (ter um guia de ajuda);
- H12. Prover descrição com significado adequado para títulos de links (evitar links com o mesmo título);
- H13. Prover descrição de tipo de material (pdf, áudio, vídeo, epub, xml);
- H14. Os recursos devem indicar o estado de sua disponibilidade;
- H15. Ter capacidade de autopreenchimento no sistema de busca;
- H16. Prover título e organização adequada de filtros e agrupamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa consiste em um estudo de caso, de caráter predominantemente exploratório, uma vez que o objetivo geral foi analisar os elementos da acessibilidade que constituem o edital de ingresso na Educação Superior.

Ao pensarmos em como a acessibilidade se insere no cenário da extensão, é importante salientarmos que a ideia desse trabalho não é se propor a sistematizar como a extensão pode ser acessível em todas as facetas da acessibilidade, até porque tal como todas as investigações são pequenas partes de um todo, que ao mesmo tempo é complementar e inesgotável.

Nesse sentido, esse TCC se propões a uma fonte disparadora, uma semente (acessibilidade informacional e comunicacional) a qual emergem raízes que podem tecer diferentes discussões, sejam de acessibilidade digital, atitudinal, arquitetônica, instrumental e programática.

Em decorrência da função comunicativa e o potencial em contribuir com o rompimento com as estruturas de poder cristalizadas, que historicamente excluem e marginalizam as pessoas com deficiências nesse nível de ensino, o estudo se propôs a investigar a terceira dimensão que constitui o tripé universitário.

A análise da extensão universitária na UFSCar revelou várias problemáticas que precisam ser abordadas para melhorar a eficácia e a abrangência dessas ações. Primeiramente, a desarticulação entre acessibilidade e interdisciplinaridade impede que a extensão universitária abranja a multiplicidade. É fundamental promover uma maior coesão entre essas dimensões para garantir que todos os grupos, especialmente aqueles com necessidades específicas, sejam beneficiados de maneira equitativa.

Além disso, a setorização das áreas do conhecimento que compartilham objetivos comuns sugere uma falta de sinergia e cooperação interdisciplinar que é reflexo da postura

institucional referente à extensão, quando tomamos por base os outros pilares constituintes da Universidade, no caso, o ensino e a pesquisa.

Nesse sentido, diversas instituições, como a UFSCar, têm incorporado atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação, como uma tentativa de responder às normativas da Unidade Federativa e também enquanto organização. Esse movimento, chamado de inserção curricular, busca garantir que todos os estudantes participem de atividades extensionistas, promovendo uma formação mais completa e cidadã.

Essas tentativas de mudanças no funcionamento das IES, indicam que, embora haja avanços significativos, a busca por um alinhamento entre extensão, pesquisa e ensino continua sendo um desafio que requer esforços contínuos, pois a tradição histórica acadêmica tem colocado maior ênfase no ensino e na pesquisa. A pesquisa e o ensino frequentemente resultam em produtos de alto impacto que podem ser mais imediatos e quantificáveis, como publicações e produtos que podem ou não serem comercializados, além da própria formação de profissionais.

Os resultados da extensão, apesar de serem impactantes a longo prazo, podem ser menos visíveis e mais difíceis de quantificar, o que pode contribuir para uma percepção de “menor valor”. Existe também uma percepção cultural dentro das universidades que pode favorecer a pesquisa e o ensino como as atividades “mais nobres” da academia. Esses aspectos influenciam diretamente nos recursos financeiros destinados à pesquisa e ao ensino, sendo geralmente mais substanciais numericamente.

Enfrentar essas problemáticas requer uma abordagem multifacetada, com o objetivo de fortalecer as práticas de extensão na UFSCar. Isso implica não apenas uma reavaliação das políticas e estratégias institucionais, para que fomente uma cultura de convivencialidade também com as diferenças no ambiente da extensão universitária, para que por fim, ocorra a

materialização do direito e desejo das pessoas através da extensão, ocupando todos os espaços nos níveis Superiores de Ensino.

Como sugestão de ações práticas para a superação da problemática, podemos apontar para ferramentas e estratégias que visem a comunicação e divulgação acerca das ações de extensão. Isso pode incluir um portal online dedicado à extensão, que possam ser acessados não apenas pela comunidade acadêmica, como é o caso da ProExWeb, mas também aberta ao público com total transparência.

Para a manutenção da extensão, é necessário também estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos, para medir o impacto das ações de extensão e identificar áreas para melhorias. Isso pode incluir a coleta de feedback dado pela comunidade interna e externa, para possíveis análises mais estruturadas dos resultados e futuros ajustes necessários nas modalidades extensionistas.

Compreendendo os desafios e oportunidades apresentados pela extensão munida pela interdisciplinaridade e acessibilidade, esta pesquisa representa o ponto de partida para uma jornada dos que visam somar esforços para concretizar o direito das pessoas com deficiência, de acessar informações através de conteúdos web, tendo em vista que: estamos na era digital.

A falta de acessibilidade e comunicabilidade está também na pesquisa e no ensino. Mas na extensão acaba sendo ainda mais latente, justamente por causa de seus princípios e por ser compreendida como esse espaço para o diálogo e o compromisso com a diversidade. De forma análoga essas características fazem a extensão tem uma potência como um pivô dentro das discussões sobre acessibilidade nas IES.

Desse modo, sugestiona-se -se analisar em futuras pesquisas não só aspectos técnicos, as dimensões éticas, legais e sociais envolvidas nas questões de acessibilidade da informação e comunicação, mas também as outras interfaces da acessibilidade inseridas na extensão universitária.

REFERÊNCIAS

- Alves, L. R. (2014). Estender-se comunicando: o caminho para a universidade que forma sujeitos (uma leitura freiriana). Extensão universitária: conceitos, propostas e provocações. João Gremmelmaier Candido e Luciane Duarte da Silva (orgs). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo.
- Arroyo, D. M. P., & Rocha, M. S. P. D. M. L. D. (2010). [*Meta-Avaliação De Uma Extensão Universitária: Estudo De Caso*](#). [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica]. [Repositório Institucional da PUC-SP. \(link externo para a dissertação\)](#)
- Assis, E. d. C. R. (2020). [*Gestão do conhecimento no suporte técnico da Fundação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação: Análise da ferramenta Wiki*](#). [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juíz de Fora]. [Repositório Institucional UFJF. \(link externo para a dissertação\)](#)
- Braseliano. L. A.A. (2024). [*Acessibilidade Informacional e Comunicacional em editais de ingresso da Educação Superior: Um estudo de caso*](#). [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. [Repositório Institucional da UFSCar. \(link externo para a dissertação\)](#)
- Baremblytt, G. F.(2002). [*Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática \(5a ed.\)*](#). Instituto Felix Guattari. [\(link para o livro\)](#).
- Braseliano. L. A.A. (2024). [*Acessibilidade Informacional e Comunicacional em editais de ingresso da Educação Superior: Um estudo de caso*](#). [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. [Repositório Institucional da UFSCar. \(link externo para a dissertação\)](#).
- Cabral, L. S. A. (2018). [*Políticas de ações afirmativas, pessoas com deficiência e o reconhecimento das identidades e diferenças no ensino superior brasileiro*](#). [Archivos](#)

- [Analíticos de Políticas Educativas/Education Policy Analysis Archives, v. 26, p. 57-01-33. \(link externo para o artigo\).](#)
- Cabral, L.S.A; *et al.* (2020). [Rede SciELO e acessibilidade: ênfase sobre as políticas, produtos e serviços \[online\]. *SciELO em Perspectiva*. \(link externo para o blog\).](#)
- Cabral, L. S. A., Mendes, E. G., & Ebersold, S. (2023). [Reconfiguração do fazer coletivo e as funções da acessibilidade na Educação Superior. *Revista Educação E Políticas Em Debate*, 12\(3\), 978–999. \(link externo para o artigo\).](#)
- Cardoso, M. H. (2009). [Produção colaborativa de conhecimento: O uso de wiki no ambiente corporativo. \[Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina\]. Repositório Institucional da UFSC. \(link externo para a dissertação\).](#)
- Chaui, M. S. A idelologia da competência. (2014). 1. ed. Belo Horizonte, MG. Editora Autêntica.
- Conforto, D. & Santarosa, L. M. C. (2002). [Acessibilidade à Web: Internet para Todos. *Revista de Informática na Educação: Teoria, Prática*–PGIE/UFRGS v.5 nº2 2 p. 87-102. \(link externo para o artigo\).](#)
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). [Promulgada em 5 de outubro de 1988. \(link externo para o documento\).](#)
- Cruz, M. C. C. [Governos subnacionais e o compromisso com a equidade em saúde digital: A exclusão digital no Brasil e as iniciativas de saúde digital. \(2023\). \[Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas\] Repositório Institucional da FGV. \(link externo para a dissertação\).](#)
- Delbone, A. G. & Cabral, L.S.A. (2023). [Construindo pontes: extensão universitária e acessibilidade na UFSCar. \(1 ed.\). EDEESP. \(link externo para o ebook\).](#)
- Deleuze, G. (2018). *Diferença e repetição*. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. 1. ed. Paz e Terra.

- Deus, S. (2020). [Extensão universitária: trajetórias e desafios](#). Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM. [\(link para o e-book\)](#).
- Ebersold, S. (2021). [The Grammar of Accessibility](#). In S. Ebersold (Ed.), *Accessibility or Reinventing Education*. ISTE/Wiley. [\(link externo para o artigo\)](#).
- Elias, N; Scotson, J. L. (2000). [Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade](#). Jorge Zahar Editor. [\(link externo para o livro\)](#).
- Fernandes, J. D. P. B. (2018). [Diagnóstico da acessibilidade informacional na Biblioteconomia brasileira. Informação Em Pauta, 3\(1\), 132–133](#). [\(link externo para o artigo\)](#).
- Fernandes, L. L. (2009). [Gestão do conhecimento em projetos de extensão universitária direcionados às pessoas com deficiência](#). [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. [\(link externo para a tese\)](#)
- Ferati, M., & Beyene, W. M. (2017). Developing heuristics for evaluating the accessibility of digital library interfaces. In M. Antona, & C. Stephanidis (Eds.), *Universal Access in Human–Computer Interaction: Design and Development Approaches and Methods* (pp. 171–181). Springer.
- Forproex - Fórum De Pró-Reitores De Extensão Das Instituições De Educação Superior Públicas Brasileiras. (2012). [Plano Nacional De Extensão Universitária. Política Nacional de Extensão Universitária. 2012](#). [\(link externo para o documento\)](#).
- Foucault, M. (1975). [Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões](#). (18ª ed.). Vozes. [\(link externo para o livro\)](#).
- Furtado, M. M. F. D. (2016). [Usabilidade e acessibilidade no Repositório de Informação Acessível da UFRN: Avaliação ergonômica de interfaces Web](#). [Dissertação de

[Mestrado, Programa de Pós Graduação em Gestão de Processos Institucionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte\], Repositório de Informação Acessível. \(Link externo para a dissertação\).](#)

Franco, M. L. P. B. (2005). *Análise de conteúdo*. 2. ed. Brasília: Liber Livro.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Goffman, E. [Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada](#). 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Ltc. Tradução: Mathias Lambert. 1988. [\(Link externo para o livro\)](#).

Illich, I. (1976). *A convivencialidade*. Tradução de Arsénio Mota. 1. ed. Lisboa: Publicações Europa-América.

Inuzulka, M. A. (2008). [Uso educativo do wiki: Um estudo de caso na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília](#). [Dissertação de Mestrado do da Universidade Federal do Ceará]. [Repositório Institucional da UFC. \(link externo para a dissertação\)](#).

Júnior, A. P., Bispo, C. J. C., Pontes, A. N. (2022). [Interdisciplinaridade no âmbito do ensino superior: Da graduação à pós-graduação](#). *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 17, n. esp.1, p. 751–767. [\(link externo para o artigo\)](#).

Júnior, M. C. L. (2010). [História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil](#). Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. [\(link externo para o livro\)](#).

Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Diário Oficial da União. [Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência](#). Brasília, DF: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. [\(link externo para a lei\)](#).

Lévinas, E. (2005). [Entre nós - ensaios sobre Alteridade](#). Editora Vozes. [\(link externo para o livro\)](#).

Lopes, L. C. (2007). *Crenças e Tecnologias: Ensaios de comunicação, cibercultura e argumentação*. (1a ed.). EdUFSCar.

- Machado, J. M. (2022). [Ingresso das pessoas com deficiências na Educação Superior: atos e agentes administrativos em tela](#) [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar. ([link externo para a dissertação](#)).
- Mendes, E. G. (2010). [Breve histórico da educação especial no Brasil](#). *Revista Educación y Pedagogía*, v. 22, p. 93-110. ([link externo par ao artigo](#)).
- Medeiros, M. F. (2017). [Wikipampa: Suporte à gestão do conhecimento no sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Pampa](#). [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria]. Repositório Institucional da UFSM. ([link externo para a dissertação](#)).
- Moseley, C. (s.d.). [Collaboration vs cooperation: is there really a difference? \(Spoiler: there is\)](#). Jostle. ([link externo para o blog](#)).
- Nielsen, J. B. (1993). *Iterative User-Interface Design Computer*. IEEE
- Nogueira, M. D. P. (2000). Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas: documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Editora Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Nogueira, M. D. P. (2003). Onde falha o Plano Nacional de Extensão? Interagir: pensando a extensão, Rio de Janeiro, n.4, p. 9-13, ago./dez.
- Omote, S. (2004). [Estigma no tempo da inclusão](#). *Revista Brasileira de Educação Especial*, 10(03), 287-308. ([link externo para artigo](#)).
- Organização das Nações Unidas. (2007). [Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência](#). ONU. ([link externo para o documento](#)).
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1994). [Declaração de Salamanca. Necessidades educativas especiais – NEE](#). Unesco. ([link externo para o documento](#)).

- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1990). [Declaração mundial sobre educação para todos. Conferência mundial sobre educação para todos. Unesco. \(link externo para o documento\).](#)
- Piccolo, G. M., & Mendes, E. G. (2012). [Nas pegadas da história: tracejando relações entre deficiência e sociedade. Revista Educação Especial, 25\(42\), 29-41. \(link externo para o documento\).](#)
- Rede Nacional de Extensão. (06 de set de 2023). [Censo Nacional da Extensão Universitária. Renex. \(link externo para o site\).](#)
- Resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018. (2018). [Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. \(link externo para o documento\).](#)
- Rodrigues, J. C. & Souza, S. C. de. (2020). [Como pensar a acessibilidade em artigos de periódicos: tendências em design universal para pessoas com deficiência visual. In Silveira, L. da & Silva, F. C. C. da \(Orgs\). Gestão editorial de periódicos científicos: tendências e boas práticas \(1a ed., pp. 105-126\). BU Publicações/UFSC. \(link externo para o capítulo do livro\).](#)
- Rosa, A.M. (2021). [A escrita colaborativa em ambientes digitais: o uso da ferramenta wiki como prática de letramento digital com alunos do nono ano do Ensino Fundamental II. \[Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais\] Repositório Institucional UFMG. \(link externo para a dissertação\).](#)
- Sampieri, R. H., Collado, C. F; & Lucio, M. P. B. (2013). Metodologia de pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso.
- Santomé, J. T. (1998). Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Trad. Claudia Schilling. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Santos, A. (2008). [Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, nº 37. \(link externo para o artigo\).](#)
- Silva, M. A. G. (2005). [Uma ferramenta Web colaborativa para apoiar a engenharia de requisitos em software livre. \[Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo\]. Biblioteca Digital USP. \(link externo para a dissertação\).](#)
- Sommerman, A. (2012). [A Interdisciplinaridade e a Transdisciplinaridade como novas formas de conhecimento para a articulação de saberes no contexto da ciência e da ciência em geral: Contribuições para as áreas de Educação, da Saúde e do Meio Ambiente. \[Tese de Doutorado da Universidade Federal da Bahia\]. Repositório Institucional da UFBA. \(link externo para a tese\).](#)
- Spinoza, B. (2009). *Ética* (T. Tadeu, Trad.). Autêntica.
- Universidade Federal de São Carlos. (2024). [Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI/MEC 2024- 2028. \(link externo para documento\).](#)
- Universidade Federal de São Carlos. (2024). [\(Abertura e Mesa: Ensino, Extensão e Pesquisa na UFSCar: Um olhar para o futuro da Indissociabilidade. \(link externo para o vídeo\).](#)
- World Wide Web Consortium. W3C. (2020a). *Cartilha Acessibilidade na Web*. Fascículo I: Introdução. Comitê Gestor da Internet Brasil.
- World Wide Web Consortium. W3C. (2020b). *Cartilha de acessibilidade na Web*. Fascículo IV: tornando o conteúdo Web acessível. Comitê Gestor da Internet no Brasil.

APÊNDICE A – CERTIFICADO INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Figura 03

Certificado congresso de Iniciação Científica.



CERTIFICADO

Certificamos que **Ariane Godoi Delbone** participou do XXX Congresso de Iniciação Científica, XV Congresso de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e III Congresso de Iniciação Científica do Ensino Médio, realizados nos dias 12 e 13 de novembro de 2024, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na qualidade de OUVINTE no total de 16 horas.

São Carlos, 6 de janeiro de 2024.

Prof. Dr. Pedro Sergio Fadini
Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. Fillipe Vieira Rocha
Coordenador dos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica

The logo for ProPq consists of the word 'propq' in a stylized, lowercase font with a teal-to-green gradient, followed by the text 'Pró-Reitoria de Pesquisa - UFSCar'.



The logo for Copict shows the word 'copict' in a bold, lowercase font with a teal-to-green gradient, followed by the text 'Coordenadoria dos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica'.

Coordenadoria de Programas de Iniciação Científica (CoPICT) | Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPq) | Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Rodovia Washington Luís, Km 235 - Caixa Postal 676, CEP 13565-905 - São Carlos - SP

Fonte: Acervo pessoal da autora.

APÊNDICE B – PÔSTER INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Figura 03

Layout do pôster.

MAPEAMENTO E ANÁLISE DE PROGRAMAS E ATIVIDADES DE EXTENSÃO NA PERSPECTIVA DA ACESSIBILIDADE



Ariane Godoi Delbone- UFSCar
Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral- UFSCar



INTRODUÇÃO

Histórico de ambientes com caráter hegemônico tangenciam o possível risco de pessoas com deficiências serem colocadas à margem Barembliitt (2002).

OBJETIVO

Identificar e analisar as possíveis interseções entre ações extensionistas, interdisciplinaridade e acessibilidade, especificamente no contexto da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa documental exploratória, baseada em dados disponibilizados em ambiente digital de uma instituição da Educação Superior (GI, 2008).

Exclusão repetidos



Análise do conteúdo - eixos de análise - discutidos e tensionados de modo reflexivo Franco (2005).

RESULTADOS

Foram encontrados apenas 2 programas de extensão, sendo um nas Ciências Humanas e outro nas Ciências da Saúde.

Figura 01
Áreas de concentração Atividades de extensão



Fonte: autoria própria

Agradecimentos: PROPQA COPICT CNPq

RESULTADOS

Figura 02
Interseções entre acessibilidade, interdisciplinaridade e ações extensionistas



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Cabral e colaboradores (2023)

- Individualização nas ações extensionistas Radicalismos, "do saber que só eu sei sobre o que estudo".
- As ações extensionistas circulam na universidade? O caso UFSCar em tela.

CONCLUSÃO

Os programas e atividades de extensão têm o potencial de contribuir para a transformação de realidades onde preconceitos e atitudes negativas persistem.

REFERÊNCIAS

Barembliitt, G. (2002). Compêndio de análise institucional e outras correntes teoria e práticas. 5 ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guatarrri.

Cabral, L. S. A., Mendes, E. G., & Ebersold, S. (2023). Reconfiguração do fazer coletivo e as funções da acessibilidade na Educação Superior. Revista Educação E Políticas Em Debate, 12(3), 978-999.

Franco, M. L. P. B. (2005). Análise de conteúdo. 2. ed. Brasília: Liber Livro.

eBook fruto da pesquisa

"Constituindo Pontes: Extensão Universitária e Acessibilidade na UFSCar."
- Delbone, A. G.
- Cabral, L. S. A.



Venha conhecer!

Fonte: autoria própria.

APÊNDICE C– EXEMPLO DE PLANILHA DE TRATAMENTO DOS DADOS

Figura 03

Planilha para análise e tratamento dos dados (descriptor deficiência).

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
Descritores: Deficiência Filtros aplicados: No resumo, Todos os coordenadores, Todos os setores Ordenar por: Data inicial Critérios de seleção: Programas e atividades de extensão relacionado as questões de acessibilidade e/ou pessoas com deficiência.													
Ordem dos artigos	Atividade e/ou programa	Título	Coordenador	Setor do coordenador	Início da atividade/ programa	Tipo de atividades a serem realizadas	Grande área (Classificação CNPQ)	Área Temática principal	Área Temática secundária	Recurso	Tipo de Financiamento	Resumo	
6º	Programa	Fisioterapia e Saúde Coletiva (Aprovado/ execução)	Cristiane Shinohara Moriguchi de Castro	DFisio - Departamento de Fisioterapia	19/05/2020	ACIEPE Consultoria / Assessoria Consultas Ambulatoriais, Consultoria/Assessoria, Laudos técnicos, Pesquisa Encomendada ou outros Curso Atualização, Treinamento e qualificação profissional Evento Ciclo de Debates, Congresso, Exposição, Mesa-Redonda/Palestras, Seminário/Encontro Projeto Publicações e Produtos Anais, Artigos, Capítulo de livro, Comunicação (Resumos), Jornal, Livro/Coletânea, Manual, Produto Audiovisual - DVD/CD	Ciências da Saúde	Saúde	Trabalho			O programa Fisioterapia e Saúde Coletiva tem como objetivo o fortalecimento da redefinição do campo de atuação da Fisioterapia de forma a capacitar os alunos para reconhecer o perfil epidemiológico e atuar no sistema de saúde vigente (Sistema Único de Saúde). A formação de recursos humanos para atuar no modelo de vigilância à saúde, com o reconhecimento da Atenção Primária, das Redes de Atenção (Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Atenção às Urgências e Emergências, Rede de Atenção às Doenças e Condições Crônicas e Rede de Cuidado a Pessoa com Deficiência) e da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador são essenciais para consolidação do SUS e para formação do fisioterapeuta em conformidade com as Diretrizes Curriculares do Conselho Nacional de Educação.	

Fonte: arquivo pessoal da autora.

APÊNDICE D – PROGRAMAS DE EXTENSÃO E ACESSIBILIDADE

Termo de Busca (descriptor): DEFICIÊNCIA

	Título	Grande área (CNPQ)	Área temática principal	Coordenação	Ano	Status
01	Fisioterapia e Saúde Coletiva	Ciências da Saúde	Saúde	Cristiane Shinohara Moriguchi de Castro- DFisio	2020	Aprovado/ execução
02	Consultoria e Prestação de Serviços para Atendimento na Área de Deficiência Intelectual e Autismo: Institucional e Individual	Ciências Humanas	Educação	Antonio Celso de Noronha Goyos-DPsi	2021	Aprovado/ execução

Fonte: autoria própria

APÊNDICE E – ATIVIDADES DE EXTENSÃO E ACESSIBILIDADE

Quadro 02

Síntese das atividades de extensão desenvolvidas durante a pandemia

Termo de Busca (descriptor): DEFICIÊNCIA

Grande área (CNPq): Ciências da Saúde Área Temática Principal: Educação				
	Título	Coordenação	Ano	Status
01	Mosaicos Digitais – grupos de estudos & proposição de enfrentamento ao ageísmo e capacitismo	Alessandra Rossi Paolillo- DTO	2022	Rel. Aprovado / execução
02	1º Simpósio Internacional de <i>Constraint Induced Movement Therapy</i>	Natália Duarte Pereira- DFisio	2021	Rel. Aprovado / execução

Grande área (CNPq): Ciências da Saúde Área Temática Principal: Saúde				
	Título	Coordenação	Ano	Status
01	Atividades Físicas, Esportivas e de Lazer Adaptadas à Pessoas com Deficiências - Proafa 2022	Mey de Abreu Van Munster- DEFMH	2022	Rel. Aprovado/ execução

02	6º Seminário de Tecnologia assistiva da UFSCar - conexões entre Design e Reabilitação	Mirela de Oliveira Figueiredo- DTO	2022	Em tramitação
03	Núcleo de Desenvolvimento de Esportes de Inverno - CBDN/UFSCar	Mey de Abreu Van Munster- DEFMH	2021	Rel. Aprovado/ execução
04	Impacto da aplicação das ‘Minhas Palavras Favoritas/F-Words’ na qualidade de vida de crianças/adolescente com deficiência e suas famílias durante pandemia da COVID-19	Nelci Adriana Cicuto Ferreira Rocha- DFisio	2021	Rel. Aprovado/ execução
05	Sala de Espera Educativa - apoio em educação em saúde aos pacientes do Ambulatório de Imunologia Pediátrica e suas famílias	Flávia Gomes Pileggi Gonçalves- DMed	2021	Em esclarecimento
06	Aplicações clínicas da terapia orientada a tarefa	Natália Duarte Pereira- DFisio	2020	Rel. Aprovado/ execução
07	Conhecer e Crescer: capacitações para famílias atendidas na Linha de Cuidado Infância e Adolescência da USE	Lisandrea Rodrigues Menegasso Gennaro	2020	Rel. Aprovado/ execução

Grande área (CNPq): Ciências Exatas e da Terra Área Temática Principal: Educação				
	Título	Coordenação	Ano	Status

01	Projeto Olhares: divulgando ciência por meio da arte inclusiva	André Farias de Moura- DQ	2022	Em esclarecimento
----	--	---------------------------	------	-------------------

Grande área (CNPq): Ciências Humanas Área Temática Principal: Educação				
	Título	Coordenação	Ano	Status
01	Inclusão Escolar e Educação Especial: fundamentos legais e conceituais - Módulo 2, Turma 1 2022	Estefano Vizconde Veraszto-DCNME-Ar	2022	Rel. Aprovado/ execução
02	Formação Continuada Colaborativa com professores da EJA: inclusão escolar e práticas pedagógicas	Juliane Aparecida de Paula Perez Campos - DPsi	2022	Em tramitação
03	Programa reflexivo de formação colaborativa para professores acerca da prática docente com estudantes com deficiência visual	Márcia Duarte Galvani -DPsi	2022	Em tramitação
04	9º Congresso Brasileiro de Educação Especial e 12º Encontro Nacional dos Pesquisadores da Educação Especial (9º Cbee e 12º Enpee)	Enicéia Goncalves Mendes- DPsi	2021	Rel. Aprovado/ execução
05	Assessoria para o uso de recursos de tecnologia assistiva em uma escola de ensino fundamental do município de Ibaté-SP	Gerusa Ferreira Lourenço-DTO	2021	Rel. Aprovado/ execução

06	Formação de professores para a educação inclusiva na perspectiva da deficiência visual	Estefano Vizconde Veraszto-DCNME- Ar	2021	Rel. Aprovado/ execução
07	Educação Infantil numa Perspectiva Inclusiva	Maria Walburga dos Santos-DCHE-So	2021	Rel. Aprovado/ execução
08	Ciclo de pesquisas e práticas sobre Coensino e inclusão escolar	Enicéia Goncalves Mendes- DPsi	2020	Rel. Aprovado/ execução
09	Curso de formação de professores da pré-escola em habilidades sociais e habilidades sociais educativas para a inclusão de crianças com deficiência	Carolina Severino Lopes da Costa- DPsi	2020	Rel. Aprovado/ execução
10	Concepções e estratégias para a escolarização do estudante com deficiência no ensino médio	Márcia Duarte Galvani- DPsi	2020	Rel. Aprovado/ execução
11	Oficinas de formação para professores da educação especial acerca do planejamento curricular para o estudante com deficiência intelectual	Márcia Duarte Galvani- DPsi	2020	Rel. Aprovado/ execução
12	Concepção e desenvolvimento de material didático para alunos com deficiência visual: aspectos de formação docente na perspectiva da educação inclusiva	Estefano Vizconde Veraszto-DCNME-Ar	2020	Rel. Aprovado/ execução

13	O direito à participação social de jovens e adultos com síndrome de down	Márcia Duarte Galvani- DPsi	2020	Rel. Aprovado/ execução
----	--	-----------------------------	------	-------------------------

Grande área (CNPq): Ciências Sociais Aplicadas Área Temática Principal: Educação				
	Título	Coordenação	Ano	Status
01	Simpósio sobre Aprendizagem	Camila Domeniconi- DPsi	2022	Rel. Aprovado/ execução
02	Judicialização e Direito à Educação da Pessoa com Deficiência	Enicéia Gonçalves Mendes- DPsi	2021	Rel. em tramitação

Grande área (CNPq): Ciências Sociais Aplicadas Área Temática Principal: Comunicação				
	Título	Coordenação	Ano	Status
01	Elaboração de guia para produção de documentos e conteúdos digitais acessíveis para o Sistema Integrado de Bibliotecas da UFSCar	Maria Helena Sachi do Amaral- B-Ar	2021	Rel. Aprovado/ execução

Grande área (CNPq): Linguística, Letras e Artes Área Temática Principal: Educação				
	Título	Coordenação	Ano	Status
01	Curso Sequencial de Língua de Sinais Brasileira - LIBRAS - Reoferta II	João Paulo da Silva- DPsi	2021	Rel. em esclarecimento

Grande área (CNPq): Multidisciplinar Área Temática Principal: Multidisciplinar				
	Título	Coordenação	Ano	Status
01	Estratégias coletivas e tecnologia assistiva: ações na Escola de Educação Municipal de Educação Especial Benedicta Canavan Benedetti.	Camila Barros de Miranda Moram- DEP-So	2022	Rel. Aprovado/ execução
02	Grupo Frequências	João Vitor de Carvalho Fontes- DEMec	2022	Rel. Aprovado/ execução
03	Aciepe Inovação em produtos e serviços de Tecnologia Assistiva	Natália Duarte Pereira- CCBS	2022	Em tramitação
04	Inclusão e divulgação científica em ecossistemas aquáticos	Victor Satoru Saito- DCAm	2022	Rel. Aprovado/ execução

05	Planejamento, elaboração e construção de materiais didáticos voltado às práticas sociais em contexto inclusivo.	Marilde Terezinha Prado Santos-DC	2021	Rel. Aprovado/ execução
----	---	-----------------------------------	------	-------------------------

Termo de Busca: ACESSIBILIDADE

Grande área (CNPq): Ciências Humanas Área Temática Principal: Comunicação				
	Título	Coordenação	Ano	Status
01	Libras Zen - vídeos informativos	Samantha Carlos Daroque	2022	Rel. Aprovado/ execução
02	Aciepe: Atuação e formação de Tradutores e Intérpretes de Libras em tempo de isolamento social - Covid-19	Vanessa Regina de Oliveira Martins- DPsi	2020	Rel. Aprovado/ execução

Grande área (CNPq): Ciências Humanas Área Temática Principal: Direitos humanos e justiça				
	Título	Coordenação	Ano	Status
01	Grupo de Estudos Surdez e Diferenças em pauta	Janaína Cabello- DPsi	2021	Rel. Aprovado/ execução

Grande área (CNPq): Ciências Humanas Área Temática Principal: Educação				
	Título	Coordenação	Ano	Status
01	Libras no campus Araras: Encontro do 7º dia do surdo - a importância da presença dos surdos na universidade.	Samantha Camargo	2022	Rel. em tramitação

		Daroque - DCNME-Ar		
02	Núcleo Ubuntu Libras (reoferta): Dicionário Afro-brasileiro em Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa	Diléia Aparecida Martins- DPsi	2022	Rel. Aprovado/ execução
03	Especialização <i>lato sensu</i> em educação de surdos em abordagem bilíngue (libras/língua portuguesa) – modalidade de educação à distância com ênfase em: docência bilíngue na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental ou tradução e interpretação na Educação Básica	Vanessa Regina de Oliveira Martins- DPsi	2022	Rel. não realizado
04	Roda de conversa sobre a educação bilíngue de surdos: desafios e possibilidades frente a pandemia do Coronavírus - Covid 19? A acessibilidade linguística dos surdos: problema na pandemia ou também se coloca na realidade presencial escolar?	Vanessa Regina de Oliveira Martins- DPsi	2020	Rel. Aprovado/ execução
05	Libras e o Covid-19: Vídeos informativos	Samantha Camargo Daroque- DCNME-Ar	2020	Rel. Aprovado/ execução
06	Libras em casa: Em tempos de Covid-19	Samantha Camargo	2020	Rel. Aprovado/ execução

		Daroque-DCNME-Ar		
07	Informações em Libras à comunidade surda na pandemia do Covid-19	Mariana de Lima Isaac Leandro Campos- DPsi	2020	Rel. Aprovado/ execução
08	Libras no campus - promovendo acessibilidade comunicacional no IFSP São Carlos	Ityara Aguiar da Silva Pinto Girke- DPsi	2020	Rel. não realizado

Grande área (CNPq): Ciências Sociais Aplicadas				
Área Temática Principal: Educação				
	Título	Coordenação	Ano	Status
01	Produção de videoaulas e tutoriais para as bibliotecas da UFSCar: desenvolvendo a competência em informação da comunidade acadêmica	Cristina Marchetti Maia	2021	Rel. Aprovado/ execução

Grande área (CNPq): Ciências Sociais Aplicadas				
Área Temática Principal: Educação				
	Título	Coordenação	Ano	Status

01	Noções de acessibilidade arquitetônica para avaliação de projetos e edificações	Cristina Marchetti Maia	2021	Rel. Aprovado/ execução
----	---	-------------------------------	------	-------------------------------

Fonte: Elaboração própria.

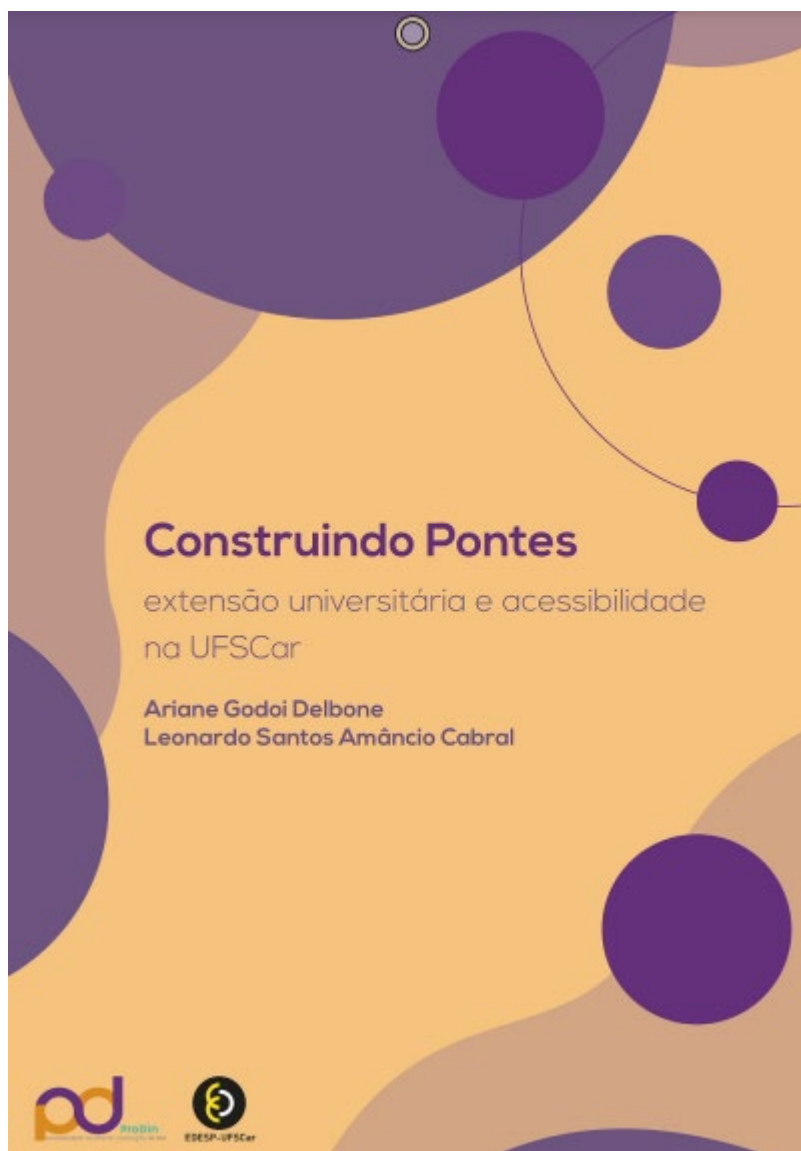
APÊNDICE F – E-BOOK

Link externo:

Título: Construindo pontes: extensão universitária e acessibilidade na UFSCar

Autores: Ariane Godoi Delbone e Leonardo Santos Amâncio Cabral

Arquivo PDF - Tamanho aproximado: 4.2MB



Fonte: Editora Edesp (UFSCar).